

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Entre Muros: navegando fronteiras. Estudo de caso no Bairro das Pedreiras

Joana Madeira Caetano

Mestrado em Antropologia

Orientador(a):
Doutor Ruy Jesus de Llera Blanes,
Investigador Principal CRIA
ISCTE-IUL

Maio, 2025



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Antropologia

Entre Muros: navegando fronteiras. Estudo de caso no Bairro das Pedreiras

Joana Madeira Caetano

Mestrado em Antropologia

Orientador(a):
Doutor Ruy Jesus de LLera Blanes,
Investigador Principal CRIA
ISCTE-IUL

Maio, 2025

Agradecimentos

À minha família pelo apoio, ao meu pai, irmã e mãe.

À Sandra e à Sara, cuja bonita amizade foi fundamental para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Ruy Blanes. Em primeiro, agradeço a disponibilidade em orientar o meu trabalho, mas também o reparo sempre atencioso às minhas inquietações. Em segundo, agradeço a partilha de conhecimento e sugestões que abriram espaço para novos caminhos e aprendizagens, ajudando-me em muito a organizar pensamentos e ideias.

A todos os meus colegas e professores, pelas aprendizagens e partilhas enriquecedoras ao longo deste tempo.

Aos funcionários do Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança pela gentileza que me receberam neste espaço. À Instituição agradeço a colaboração e autorização para a realização deste trabalho.

À comunidade do Bairro das Pedreiras por me permitirem estar presente e partilharem comigo a sua vida.

Agradeço ao que habita em mim, à minha avó Mariana.

Resumo

Esta dissertação resulta de um trabalho empírico centrado na análise de um estudo de caso: o Bairro das Pedreiras, um realojamento municipal dirigido a uma comunidade cigana. A investigação teve como ponto de partida a compreensão dos processos socioculturais decorrentes do realojamento social, marcado pela construção de uma infraestrutura – um muro - que separava fisicamente e visualmente o bairro da cidade.

Partindo da necessidade de uma abordagem mais ampla, resultante do trabalho de campo, incidiu-se sobre o enquadramento histórico e político do lugar, explorando o impacto das políticas públicas de integração, com especial ênfase na vertente educativa.

Este enquadramento permitiu compreender de que modo concepções de racismo e diversidade se refletem no âmbito das políticas públicas da integração, a partir de uma análise da atuação dos mecanismos da inclusão dirigidos a grupos étnicos racializados.

Desde modo, a pesquisa centrou-se na análise das medidas implementadas, avaliando os mecanismos utilizados nestas políticas a partir da intervenção dos agentes sociais e das Instituições envolvidos no terreno com o objetivo de perceber a eficácia e os desafios das práticas adotadas.

Contribuindo assim, para uma reflexão sobre o papel do Estado e dos atores sociais na implementação destas medidas, bem como para a compreensão das estratégias de combate ao racismo, uma vez que esta dimensão se configura como um dos pilares fundamentais na promoção destas políticas.

Palavras-chave: Ciganos; Raça; Racismo; Políticas de integração; Estado

Abstract

This dissertation is the result of empirical work focused on the analysis of a case study: Bairro Pedreiras, a municipal resettlement aimed at a gypsy community. The research started with understanding the sociocultural processes underlying social resettlement, marked by constructing an infrastructure – a wall – that physically and visually separated the neighborhood from the city.

Emerging from the need for a broader approach prompted by fieldwork, the study focused on the place's historical and political framework, exploring the impact of public integration policies, with particular emphasis on the educational dimension.

This framework enabled a deeper understanding of how these conceptions of racism and diversity are reflected in the public integration system, through an analysis of the functioning of inclusion mechanisms targeting racialized ethnic groups.

The research focused on analyzing the measures implemented, assessing the mechanisms used, and involving social agents and institutions working in the field to understand the effectiveness and challenges of the practices adopted.

Thus, this dimension contributes to a reflection on the role of the State and social actors in implementing these measures and to the understanding of strategies to combat racism, since it is configured as one of the fundamental pillars in promoting these policies.

Keywords: Gypsies; Race; Racism; Integration policies; State

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Motivações	2
Objeto de Estudo	3
Metodologia	4
Objetivos/Problemas Identificados	5
Organização da Dissertação	7
CAPÍTULO I - A Construção da Ciganidade	9
1.1. Fronteiras Étnicas e Raciais dentro do pensamento	9
Antropológico	9
1.2. Raça e Racismo	11
1.3. Pós-racial	13
1.4. O “outro”, o Cigano	15
CAPÍTULO II - A Gestão Política: uma aproximação Histórica e Política	19
2.1. A Gestão Política Cigana	19
2.2. Políticas Sociais Públicas em Portugal	21
2.3. Programa Escolhas/Projeto Shave–E9G	23
2.4. Estratégia Nacional de Integração da Comunidade Cigana	25
2.5. Associações e Movimentos Sociais	26
Os ciganos em Beja: processos de inclusão e exclusão	27
2.6. Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança	28
2.7. Processo de Realojamento do Bairro das Pedreiras	28
CAPÍTULO III - Navegando o Muro nas suas Diferentes Instâncias	33
3.1. O Bairro das Pedreiras	34
3.2. As Instituições	51
3.2.1. O Centro	52
3.2.2. Os Atores Sociais	55
CONCLUSÃO	65
Considerações Finais	66

BIBLIOGRAFIA	69
FONTES ELETRÓNICAS	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Bairro das Pedreiras, 2018 (fotografia publicada em <i>Jornal Mapa</i>).....	35
Figura 2 Rua/Casas de Alvenaria, 2024	35
Figura 3 Lateral do bairro, ao fundo a fábrica de rações, 2024	37
Figura 4 Muro em 2024	38
Figura 5 "Largo Central", 2024.....	40
Figura 6 Frente do bairro e a vista para a cidade, 2024	43
Figura 7 Noroeste do bairro, 2024.....	45
Figura 8 Atividades do Projeto Shave E9G, 2024 (fotografia publicada em <i>Shave Escolhas</i>)	48
Figura 9 Atividades do Projeto Shave E9G, 2024 (fotografia publicada em <i>Shave Escolhas</i>)	49
Figura 10 Convívio, 2024.....	50
Figura 11 Bairro da Esperança, 2024	51
Figura 12 Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, 2024	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações, IP

AIMA - Agência para a Integração Migração e Asilo

CMB – Câmara Municipal De Beja

CSCRBE – Centro Social Cultural Recreativo Bairro da Esperança

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza

EEICC - Estratégia Europeia de Integração das Comunidades Ciganas

ENICC - Estratégia Nacional de Integração da Comunidade Ciganas

ERRC – European Roma Rights Centre

E9G – Programa Escolhas (9ª Geração)

FRA – European Union Agency for Fundamental Rights

GISA – Grupo de Intervenção Social Articulado

GTL – Gabinete Técnico Local

IPDJ, IP – Instituto Português do Desporto e Juventude, IP

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

PE – Programa Escolhas

PER – Programa Especial de Realojamento

PII – Plano para a Integração dos Imigrantes

RSI – Rendimento Mínimo de Inserção

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, integrada no Mestrado em Antropologia, teve como objetivo inicial compreender os processos socioculturais que se desenrolariam numa comunidade cigana sujeita a um processo de realojamento social.

Este processo de realojamento, realizado em 2006, resultou na criação de um espaço social onde foi construído um muro com três metros de altura, juntamente com cinquenta novas habitações camarárias, criando uma separação física entre o bairro e a cidade. Inicialmente, propunha-se compreender de que forma a construção deste muro engrenava uma nova conceção social no seio da comunidade cigana.

Esta seria uma análise que exigia uma abordagem ancorada num contexto histórico, dirigida à comunidade cigana, regulado por políticas sociais de realojamento e integração e ampliando o estudo para a análise das infraestruturas enquanto objeto social.

Embora a pesquisa tenha tido como ponto de partida este estudo de caso, no entanto, o trabalho de campo revelou a necessidade de uma abordagem mais ampla. O enquadramento teórico, ajustado ao contexto em que o trabalho se desenvolveu, conduziu a investigação a se concentrar no âmbito das políticas públicas de integração, com especial incidência na vertente educativa – reconhecendo que estas medidas afetam, de forma geral, toda a comunidade.

A partir desta postulação, a hipótese proposta foi compreender as estruturas sociais e políticas envolvidas na formulação e implementação das medidas de integração promovidas pelo Estado Social. Considerando o enquadramento político local, procurou-se desenvolver uma análise mais aprofundada, que permitisse identificar os mecanismos raciais que operam na estrutura política e que se apresentam vinculados ao sistema social da integração. Desta forma, avaliou-se o modo de atuação destas políticas através dos agentes sociais, questionando, sobretudo, se estas abordagens produzem resultados concretos e eficazes no combate ao racismo e se, em virtude disso, proporcionam uma eficiente integração de populações historicamente marginalizadas.

Motivações

A minha curiosidade sobre a comunidade cigana é antiga, mas o que desencadeou o início desta pesquisa foi fruto de uma combinação de vários fatores, particularmente, acontecimentos mundiais que ocorreram ao longo dos anos de mestrado.

A par, e não obstante, o nomadismo cigano sempre foi um assunto que desde a minha infância me intrigou bastante. Durante anos a viver no Alentejo, testemunhei ao longo do tempo variadíssimos grupos de ciganos nómadas que acampavam e permaneciam durante um tempo na localidade, umas vezes em períodos mais curtos, outras vezes em temporadas mais longas, para logo depois, seguirem viagem, voltando numa temporada seguinte. Com a continuidade dos anos, estes grupos começaram a ser vistos mais espaçadamente, mas nunca desaparecendo de vez. Porém, naturalmente, compreendi que a categoria do nómada deve necessariamente ser compreendida a partir de um contexto maior de interpretação. Tal como avança Castro (2013), esta é justificada como modo de vida cigano, sendo estrategicamente usada, permitindo assim ser muitas vezes acionada para legitimar determinadas ações discriminatórias.

Entretanto, este impulso sobre o nomadismo cigano levou-me à descoberta do Bairro das Pedreiras através da visualização de um pequeno documentário¹. Este, fazendo referência às medidas negligentes da política local, que ao longo do tempo vem contribuindo para o aprofundamento da degradação social do bairro, assim como pelas imagens transmitidas e os testemunhos apresentados, permitiu evidenciar a profunda segregação racial vívida pela comunidade residente. Além do mais, no passado também ali existiu um muro que separou, fisicamente e visualmente, o bairro do resto da cidade. E que provocou uma denúncia em 2011 no Conselho Europeu dos Direitos Sociais, sob a alegação de que a sua construção configurava um ato de discriminação e violação racial.

Ampliando este contexto a um espectro mundial em que destaco, particularmente, o racismo e a ação colonialista (genocida) de Israel contra a ocupada Palestina e o seu povo, o muro transformou-se no ponto decisivo para querer realizar a pesquisa etnográfica com a comunidade das Pedreiras.

Historicamente muros de separação manuseiam-se como dispositivos políticos e sociais em muitos locais do mundo, enumerando alguns, aponto como exemplo o Muro da Cisjordânia na Palestina, o Muro México/Estados Unidos da América ou o Muro no Sahara Ocidental ocupada por Marrocos. Todo este contexto, me fez refletir e repensar as infraestruturas que compõem a nossa paisagem e como estas tem o poder de modificar a condição humana. E sobretudo como,

¹ Portugal tem um dos Piores Bairros da Europa | O Cemitério dos Vivos (2023)

em primeira instância, sinalizam a intenção da opressão de expressões humanas, permitindo uma análise da Infraestrutura como objeto social político.

Objeto de Estudo

O Bairro das Pedreiras localiza-se na periferia da cidade de Beja, num território de cariz industrial, sem nenhuma casa habitável nas proximidades. Tem como únicos vizinhos o Canil Municipal, o estacionamento da coleta de lixo municipal e uma fábrica de rações. Foi construído em 2006, na sequência de um projeto de realojamento municipal que teve como objetivo recolocar uma comunidade cigana que habitava em barracas noutra terreno municipal (Bairro da Esperança).

Na construção deste bairro, foram erguidas cinquenta casas de alvenaria e, simultaneamente, construído um muro com cerca de um quilómetro de extensão e uma altura de aproximadamente três metros, cercando uma lateral do bairro, com uma entrada de acesso através de um portão².

Atualmente, além das casas distribuídas por cinco ruas, o bairro é constituído por mais uma extensão, possivelmente, por cerca de oitenta barracas, feitas de tendas de lona/plástico e roulottes, instaladas principalmente a noroeste do bairro.

É avaliado como um bairro em condições de insalubridade, dispondo apenas de um ponto de acesso a água (uma torneira) para as pessoas que vivem nas barracas, e de dois contentores de lixo municipais para toda a população. Encontra-se atualmente em estado de efetiva degradação, com alterações na estrutura das habitações e dos espaços envolventes. Não existem paragem de autocarros, e o único veículo municipal que circula destina-se ao transporte de crianças que frequentam a escola. O acesso à cidade faz-se por um percurso de dois quilómetros, atravessando uma estrada principal de acesso à cidade.

À exceção de uma família não cigana, residem no Bairro das Pedreiras só ciganos, compondo o maior número de famílias ciganas a residir na cidade, embora os números variem conforme a altura do ano devido à deslocação das famílias para outros locais, a fim de realizarem trabalhos sazonais.

Tal como apontam os testemunhos de técnicos sociais, os dados mais recentes estão “descontrolados”, sendo que nenhum dos dados sociodemográficos sobre a população coincidem. O Observatório Social³ concluiu, em 2022, que 60% da população do bairro eram crianças e jovens entre os 0-24 anos, num total 313 pessoas a viverem entre casas e barracas. Por outro lado, os dados dos

² A Câmara Municipal de Beja alegou em nota de resposta submetida no Conselho da Europa (2011) a proteção das crianças para justificar a construção do muro

³ Fonte: Observatório Social (2022). Caderno sobre dados de caracterização da população residente Bairro da Esperança

CENSOS 2021⁴ indicavam uma população de 457 pessoas, das quais 165 viveriam em barracas. No entanto, devido ao crescimento cada vez mais acentuado da população e das famílias, através de casamento e de nascimento de novos elementos, atualmente há quem suponha que a comunidade poderá alcançar até oitocentos indivíduos.

Num quadro geral e com a caracterização do contexto, colocavam-se as questões determinantes para avançar com a pesquisa. Era determinante questionar: qual o propósito de um muro? Como ele se enquadrava no âmbito do Estado Social e das políticas sociais e de integração das minorias étnicas? E de que forma a construção do muro reforçava a marginalização e a racialização da população cigana?

Metodologia

Assente no trabalho etnográfico, a investigação centrou-se no trabalho *in situ*, iniciando em fevereiro e concluindo em abril de 2024.

Os dados aqui apresentados foram recoletados em dois locais distintos. O primeiro, e com maior foco na investigação, o Bairro das Pedreiras. O segundo local foi o Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança (C.S.C.R.B.E.), uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), promotora do Programa Escolhas (PE) e a entidade responsável pela implementação do Projeto Shave-E9G. Este é um projeto educativo local, promovido e inserido dentro de políticas públicas de integração - neste caso, no âmbito do PE - com o propósito de promover a inclusão social de comunidades vulneráveis, ciganas e não ciganas, na cidade de Beja.

No decorrer da investigação, foram realizadas visitas semanais ou quinzenais ao Bairro das Pedreiras e ao Centro Social, conforme a minha disponibilidade ou a dos técnicos, embora tenha havido uma maior frequência e permanência entre fevereiro e março.

O processo etnográfico resultou de uma observação participante, centrada no acompanhamento dos técnicos e monitores do Projeto Shave ao Bairro das Pedreiras, durante a realização das suas atividades diárias. Este acompanhamento estendeu-se também em momentos formais e informais no Centro Social, com os mesmos intervenientes. Como ferramenta metodológica, o diário de campo foi o método adotado para registar os apontamentos diários, sendo utilizado sempre no final do dia de campo.

⁴ Fonte: Candidatura ao Programa Escolhas 9G - Shave E9G

Com o propósito de completar a investigação, realizaram-se três entrevistas semiestruturadas a técnicos sociais: dois trabalhadores do Centro Social e um ex-técnico social da Câmara Municipal de Beja (C.M.B.). Estas entrevistas foram gravadas.

Objetivos/Problemas Identificados

A escolha de investigar a comunidade cigana do Bairro das Pedreiras surgiu, assim, de uma curiosidade abrangente. Diante do exposto, procurava-se compreender de que forma determinadas infraestruturas propositadamente instituídas estabeleciam interações de poder e domínio sobre o “outro”, remetendo, dessa forma, a uma leitura da infraestrutura enquanto instrumento de categorização política e formação social.

Em primeiro lugar, considerando que infraestruturas moldam abordagens paisagísticas e transformam não apenas os contextos visuais, mas também instauram novas dinâmicas conceituais e sociais, questionava-se qual seria a dimensão política na estrutura de poder que as concebeu. Colocava-se a questão de como o muro incorporava uma carga simbólica ao separar o bairro da cidade, evidenciando questões estruturais de ordem social que eram realçadas pela própria infraestrutura (o muro).

Em segundo lugar, apontava-se como essa barreira física aprofundava a marginalização da comunidade e como tal se refletia na forma de pensar e viver dos seus habitantes, isolados do restante tecido social. Questionava-se também de que maneira essa relação de exclusão era evidenciada pela contínua degradação do bairro, provocada pelos próprios órgãos institucionais responsáveis pela sua manutenção.

Propunha-se, desde modo, uma análise ao muro enquanto “projeto estético político” (Farman, 2017, p. 4), “uma maneira pela qual o poder opera, tornando certas coisas mais visíveis e audíveis e tornando outras invisíveis e inaudíveis” (p.5).

Durante o trabalho de campo, foram sendo identificadas algumas dificuldades e limitações, o que tornou complexa a abordagem ao muro e à influência que este exercia sobre as pessoas. Essas limitações decorreram de três fatores principais: em primeiro lugar, o tempo limitado para desenvolver uma relação mais profunda com a comunidade; em segundo lugar, a atual inexistência do muro; e, em terceiro lugar, as dificuldades de acesso ao bairro. Dessa forma, a minha permanência no bairro foi sempre acompanhada pelo Projeto Shave.

Com o decorrer do tempo, estas circunstâncias levaram a que perguntas iniciais se desdobrassem numa nova abordagem, centrada na relação entre o bairro e as políticas públicas de integração. A

naturalidade dos momentos quotidianos revelava que, embora fisicamente ausente, o muro permanecia simbolicamente presente, marcando outro tipo de divisão. Tratava-se de uma barreira de carácter simbólico, observável através do próprio processo de integração, que permitia identificar fronteiras simbólicas entre o “exterior” (os de fora) e o “interior” (os de dentro). Estas fronteiras manifestavam-se tanto na resolução de problemas quotidianos da comunidade como na aplicação das normas estabelecidas pelo modelo político de integração em contexto institucional. A partir desta consideração, identificava-se uma premissa central presente nas próprias políticas de integração: a dicotomia entre grupo étnico e a maioria nacional, e que se podia ver refletida nas interações sociais do dia a dia.

Neste contexto, e com base nesta consideração – onde se destaca a continuidade da marginalização cigana como resultado de uma discriminação persistente manifestada por diferentes formas de racismo ao longo dos séculos - esta perspetiva evidenciou a necessidade de uma análise fundamentada nos processos socio-históricos da comunidade cigana, onde a noção de “raça” foi entendida como uma fronteira (Achieme, 2022), gerando assim a necessidade de uma reflexão sobre as relações de poder que a sustentam.

Neste processo, a forma como o Estado conceptualiza os grupos minoritários - a partir de uma relação histórica com o modelo modernista de sociedade - deve ser compreendida como um elemento central na construção das perceções sociais sobre os grupos étnicos e raciais, bem como na forma como estes são enquadrados nas políticas de integração. Este enquadramento histórico e social, fortemente influenciado pela conceção de “raça” nos Estados ocidentais após a Segunda Guerra Mundial, contribui para a ideia de que o racismo seria um fenómeno ultrapassado, o que, conseqüentemente, tem moldando conceções de diversidade e o modo como questões raciais são percecionadas no escopo das políticas públicas de integração.

Assim, a partir das fronteiras simbólicas identificadas no trabalho de campo, procurou-se compreender quais os mecanismos de integração que contribuem para a sua reprodução, bem como os fatores que acentuam ou desafiam estas mesmas fronteiras raciais. Estas fissuras foram analisadas com base em duas dimensões principais: a eficácia do combate ao racismo no âmbito das políticas de integração e as próprias normas da diversidade, que impõem uma divisão entre entidades sociais distintas – minorias étnicas e a maioria nacional. Neste contexto, questiona-se o papel do Estado neste processo e de que forma ele se manifesta nos contextos locais, por meio da atuação dos seus agentes.

Estes agentes – considerados neste estudo como representantes do Estado – são fundamentais para compreender como as políticas de integração são aplicadas na prática, ao desempenharem um papel central, atuando como veículos das normas institucionais, a partir de posições de poder que ocupam no espaço social. É por meio da sua atuação que se torna possível visualizar os mecanismos que incorporam as medidas da integração, bem como as potencialidades e limitações deste processo.

Sem a sua intervenção, seria difícil avaliar e compreender de que forma as normas e práticas institucionais se concretizam nos territórios. A observação das suas ações diárias permite compreender como estas políticas são operacionalizadas, identificar os desafios que enfrentam e avaliar a sua eficácia.

Neste sentido, com base em notas recolhidas em dois contextos distintos de terreno - na comunidade, o Bairro das Pedreiras; e em espaço institucional, o C.S.C.R.B.E. - o trabalho de campo revela como os mecanismos da integração se evidenciam e se destacam na aplicação das políticas de integração. O trabalho também se apoiou em entrevistas com atores sociais, o que permitiu aprofundar a avaliação destas medidas.

Organização da Dissertação

O trabalho está dividido em três secções. A primeira secção corresponde ao primeiro capítulo, no qual aprofundo a noção de raça, explorando a sua construção e expansão num contexto histórico e político. Analiso como essa construção tem moldado a perceção da população cigana ao longo do tempo, considerando as interseções entre os Estados-nação e a categoria de raça, entendida como um processo de poder.

A segunda parte estabelece a base para a terceira secção, expondo uma análise contextual das políticas públicas em Portugal após a instauração da democracia. Ao longo do tempo, estas políticas foram sendo transformadas e incorporadas ao Estado Social, refletindo mudanças na abordagem direcionada aos ciganos. São apresentadas as principais características destas políticas de integração, bem como outras que, indiretamente, também a afetam a população cigana. A análise inicia-se de forma ampla para, em seguida, concentrar-se no contexto específico do trabalho de campo.

Por fim, a terceira secção dedica-se ao trabalho de campo, apresentando os resultados obtidos a partir de uma descrição detalhada das observações efetuadas. Divide-se em duas partes: a primeira abordagem compreende o contexto do bairro, enquanto a segunda analisa as práticas e discursos dos atores sociais, assim como a sua perceção da aplicação das políticas públicas, com base em entrevistas e em momentos observados em contexto institucional.

CAPÍTULO I - A Construção da Ciganidade

Race, it is worth repeating, stands here for the crimes that it is responsible for, rather than any invocation of differences in human biology: the indelible experiences that mark and shape whole groups of people, often for generations. It is imprisonment and enslavement, forced labour and lynching. Death. But it is also assimilation through education and cooptation; the historicist racism that proffers progress as an always promised, but never quite achieved, prize.

(Lentin, 2008, pp. 497-498).

Este capítulo explora o enquadramento teórico desta tese, organizando-se em torno de três temas principais.

Inicia-se com uma abordagem às fronteiras étnicas e raciais, construídas a partir da visão antropológica. Este enfoque permite compreender como as fronteiras raciais são percecionadas a partir da reconfiguração do conceito de “raça”, que será contextualizado em seguida.

Centrado historicamente no período pós Segunda Guerra Mundial, enfatiza-se como o Ocidente redefiniu conceitos de raça e racismo e, de que forma, esta reconceptualização assume uma matriz culturalizada da diferença, enraizada em dinâmicas históricas coloniais e em formas estruturais de poder. Em seguida, analisa-se como esta caracterização influenciou noções-chave de racismo e diversidade na Europa, resultando em alterações no enquadramento político e teórico da população cigana no âmbito das políticas públicas de integração.

Integrando estas teorias, torna-se evidente que o racismo contra as comunidades ciganas não pode ser compreendido apenas em termos de preconceito ou intolerância individual, mas deve ser analisado como uma forma de governação da diferença cultural, inscrita em vários dispositivos históricos e políticos.

1.1. Fronteiras Étnicas e Raciais dentro do pensamento

Antropológico

A compreensão das fronteiras étnicas na antropologia foi significativamente influenciada pelo trabalho de Frederik Barth (1969), que operou uma viragem epistemológica ao colocar a atenção nos processos sociais de diferenciação e manutenção de fronteiras sociais. Para Barth, o que define um grupo étnico é a persistência de uma fronteira socialmente construída e continuamente negociada e, não tanto, as características culturais objetivas de um grupo.

Neste quadro teórico, a autor distingue dois níveis na constituição das dicotomias étnicas. Em primeiro, os sinais visíveis de identidade - como a língua ou estilo de vida; em segundo, os valores internos ao grupo, que regulam e orientam o julgamento moral e o comportamento dos seus membros. Assim, a entidade étnica, segundo Barth, é mantida quando se conserva a continuidade de uma fronteira étnica adaptável aos contextos envolventes.

A conceptualização das fronteiras sociais pode ser estendida ao estudo da raça e do racismo na antropologia, como demonstrado por autores como Peter Hervik (2004), Andre Gringich (2004) ou Karin van Nieuwkerk (2004) em análises sobre o racismo na Europa. Ao evidenciar como, no contexto europeu atual, surgem novas conceções culturais e práticas políticas de exclusão que reconfiguram as fronteiras sociais sob formas distintas de racismo. Diferente do racismo biológico do passado, o racismo atual manifesta-se através da diferença cultural relacionada a padrões de comportamento ou a valores morais.

Neste enquadramento, segundo os autores, o racismo manifestava-se quando a exclusão dos “outros” passa a ser legitimada pela diferença cultural em contraste com os valores nacionais. Hervik (2004) identifica três dimensões analíticas centrais para compreender o racismo nesta perspetiva. A dicotomia entre “nós” e o “outro”, a inferiorização simbólica do “outro” e o uso do poder institucional para os excluir.

Como a investigação sociológica tem vindo a evidenciar estas dimensões são visíveis na forma como a Europa lida com populações migrantes e minoritárias étnicas, como é o caso dos ciganos, frequentemente racializados com base em critérios culturais identificados como incompatíveis ou problemáticos.

Para entender o histórico de acesso desigual à cidadania e aos direitos, estudos de autores como Mendes e Magano (2014), Pereira Bastos (2013), Lopes (2008) e Castro (2020) evidenciam não apenas os perfis sociais da população cigana, mas também a complexidade dos processos socio-identitários que a população cigana atravessa. Verificando-se na reprodução de práticas discriminatórias presente em políticas sociais de integração (Magano & Mendes (2021), em áreas como a habitação (Castro, 2020), a educação, saúde ou segurança. Este é um enquadramento teórico que se revela particularmente pertinente para analisar a situação cigana em Portugal, onde a pertença étnica continua a ser um marcador socialmente revelante de exclusão.

Como Barth (1969) afirmou grupos minoritários podem adotar diferentes estratégias de adaptação às dinâmicas sociais dominantes: desde a assimilação, ou, na afirmação da sua identidade étnica. No entanto, as fronteiras sociais funcionam como dispositivos de acesso a oportunidades de reconhecimento e pertença, sendo a sua manutenção crucial para a persistência de entidade étnica no espaço social. Um processo que reforça a ideia de que a etnicidade não é determinada exclusivamente por conteúdos culturais fixos, mas sim construída através de práticas sociais de distinção.

1.2. Raça e Racismo

As recusas históricas e políticas acerca da heterogeneidade das populações europeias têm fundamentado os princípios da conceção e formação dos Estados-nação modernos. Uma imaginação europeia centrada na ideia de homogeneidade populacional relegou para o esquecimento as numerosas dinâmicas sociais, políticas e económicas que, intensificadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento do colonialismo europeu, marcaram o projeto modernista.

Todavia, divisões sociais e políticas, entre centro e periferia, continuam a sustentar uma organização que opera com base na visão positivista do mundo e que, conseqüentemente, determina e fortalece o “europeísmo” e os parâmetros atuais que continuam a distinguir a Europa do resto do mundo (Hesse, 2007). Este tem sido um sintoma histórico e político, que pode ser evidenciado nas classificações raciais da atualidade que, operando através da racialização governamental, vêm consolidando hierarquicamente as divisões raciais do mundo atual através da aplicação da regulação institucional e administrativa e sendo implementada por meio de leis, regras e políticas (Hesse, 2007).

Uma narrativa que, reproduzida tanto em discursos políticos como sociais, vem contribuído para silenciar a importância do colonialismo e de raça como elementos decisivos na formação e construção da própria Europa (Goldberg, 2006). E o que, conseqüentemente, configura a heterogeneidade europeia como uma ambigüidade na atualidade - sendo simultaneamente um problema e um recurso – refletindo uma complexidade que dificulta a construção de uma visão da Europa inclusiva (Lentin, 2008).

Em resposta às atrocidades cometidas pelo regime nazista e como tentativa de eliminar a hierarquia racial que teria conduzido ao Holocausto, as Declarações de Raça da Unesco, emitidas entre 1950 e 1967, desempenharam um papel fundamental na descredibilização científica e biológica do conceito de raça (Araújo, 2019). A partir destas declarações, raça passou a ser concebida como um “conceito pseudocientífico em vez de uma ideia política” (Lentin, 2008, p. 495).

Neste novo enquadramento, pós Segunda Guerra Mundial, a cultura emergiu como o principal meio pela qual a diferença começou a ser apresentada, onde as distinções e as diferenças entre povos começaram a ser marcadas, já não em termos fenotípicos, mas em termos culturais. Este foi um deslocamento que permitiu substituir a noção de raça por terminologias aparentemente mais neutras e menos ameaçadoras, tais como etnia ou diversidade (Lentin, 2008).

Esta mudança discursiva, contudo, não eliminou os mecanismos de distinção e hierarquização. Pelo contrário, resultou, posteriormente, em estratégias políticas para lidar com a heterogeneidade

cultural e permitiu consolidar e sustentar noções-chaves na produção discursiva da diferença através de conceitos como “contacto”, “integração” e “assimilação” (Araújo, 2019).

Todavia, a substituição da categoria de raça pela de cultura como matriz explicativa da diferença implicou uma limitação analítica significativa, na medida em que perpetuou a ausência de uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas raciais empreendidas pelos europeus noutras partes do mundo (Lentin & Tilley, 2008). Autores como W.E.B. Du Bois (1947) e Aimé Césaire (1955) (como citado em Hesse, 2004), já à época, alertavam para os perigos que o enquadramento restrito com que o racismo estava a ser entendido no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo estes autores, ao manter uma conceção limitada da noção de raça, a Europa continuava a negligenciar os processos coloniais de exclusão e violência racial, legitimando, assim, a continuidade da dominação colonial do “branco/europeu” sobre os “não brancos/não europeus” (Hesse, 2004) e, dessa forma, mantendo a hegemonia ocidental. Este era o “excesso colonial”, como argumenta Hesse (2004), que se manifestava de forma concreta em contextos como o da Argélia ou do Quênia, onde o império colonial europeu intensificava e reforçava a repressão violenta contra os movimentos nacionalistas anticoloniais (Sayyid & Hesse, 2006).

Neste enquadramento, e a partir desta mudança discursiva que silenciou a noção de raça, o racismo passou a ser compreendido como uma questão interna dos Estados-nação, relegado para o domínio da moralidade e reduzido a atitudes individuais de intolerância ou desvio moral, e interpretado como expressão de ignorância ou de negação dos princípios democráticos (Araújo, 2019). Como sublinha Goldberg (2006), esta compreensão passou a classificar o racismo, muitas vezes, como um “racismo excepcional” (353), associado a crenças e preconceitos dos sujeitos e, assim, desvinculado das estruturas sociais e políticas que o sustentam.

Esta narrativa, suportada por discursos políticos e académicos, contribuiu para a consolidação de um imaginário europeu que concebe o racismo como um fenómeno ultrapassado ou, alternativamente, o associa à narrativa que eleva o Holocausto como o único modelo legítimo de racismo na Europa (Sayyid, 2017). Dentro desta perspetiva, o Holocausto passou a ser entendido como a única manifestação suprema de racismo na história europeia recente, obscurecendo, ao mesmo tempo, todos os outros grupos raciais e ideológicos que foram suprimidos pelo nazismo – como aconteceu com o assassinato de cerca de quinhentos mil ciganos.

No entanto, como observa Lentin (2008), as heranças históricas que estabeleceram distinções entre europeus e não-europeus continuam a prevalecer, tanto na Europa como no resto do mundo, através de “práticas persistentes de injustiça institucionalizada, fundamentadas em um esquema hierárquico pré-existente separando europeus de outros, evidenciando que a negação oficial da raça fez pouco para eliminar as suas consequências” (p.497).

Concebendo-se, portanto, como um processo contínuo que permite delimitar quem pertence ao círculo social civilizado e quem é incluído ou excluído da noção de civilidade (Golberg, 2005).

1.3. Pós-racial

Após se declarar pós-racial (Sayyid, 2017), a Europa atual enfrenta os desafios para imaginar uma sociabilidade homogênea num contexto marcado pela presença constante da questão racial e o crescente multiculturalismo dos estados europeus.

O conceito de pós-racial, com raízes nos Estados Unidos, e tal como elaborado por S. Sayyid, constitui uma crítica à reconfiguração semântica e discursiva que desarticula a categoria do racismo, não como um fenómeno acabado nas sociedades ocidentais, mas permitindo criar um cenário onde o racismo continua a operar, mas agora sem sujeitos identificáveis ou classificados como racistas. Ao mesmo tempo, que atua como mecanismo de contenção impedindo reconhecer o racismo como um fenómeno estrutural no espaço europeu e fundamental na constituição da identidade europeia. Esta lógica pós-racial, profundamente ancorada em formas eurocêntricas de organização social, assente na divisão entre “insiders” e “outsiders” (Lentin & Tilley, 2008, p.17), reflete agora o esforço para controlar a diferença na tentativa de reprodução da homogeneização europeia através da gestão do racial, como forma de “evitar que o Outro polua e dilua o Mesmo, mantendo-o o primeiro à distância; mas ao mesmo tempo beneficiando dos prazeres materiais e libidinais que a exploração dos Outros colonizados possibilitou” (Goldberg, 2000, p.83).

Ao contrário do racismo biológico, atualmente o racismo cultural não depende de argumentos científicos para marcar diferenças culturais, ao negligenciar as particularidades das culturas étnicas, encontra-se vinculado na cultura política e opera pela gestão e controle dos corpos classificados pelo Estado e pelo mercado como não normativos (Lentin, 2014). A partir de uma conceção de “civilidade” nacional/europeia, idealizada como uma entidade social e cultural homogênea, o Estado, quando se sente ameaçado, renova esta mesma ideia sistematicamente, por meio de políticas sociais e económicas, recorrendo a expressões como “gerir a diferença” ou “unificar a diferença” (Goldberg, 2000, p.81-82). Trata-se de um processo que conduziu à formulação de uma abordagem política sobre a integração, colocando em foco as supostas inadequações culturais de grupos etnicamente marcados (Araújo, 2016) e permitiu uma abordagem que legitima a reprodução de distinções com base em lógicas de diferenciação preexistentes, resultando na construção de entidades sociais separadas, enquadradas em lógicas de organização distintas.

Fundamentada a partir de estratégias historicamente utilizadas, o modelo de integração ganhou destaque nos anos de 1960 assente num processo que buscava incorporar grupos étnicos à

uniformidade nacional, por meio de dinâmicas culturais, linguísticas, políticas e económicas (Sayyid e Hesse, 2006), e embora o modelo de integração e de assimilação sejam semelhantes, estes devem ser necessariamente distinguidos entre ambos. Conforme aponta Essed (2002) a assimilação baseia-se numa lógica que define os Estados-nação como entidades homogêneas e opera com a previsão de uma total absorção dos grupos etnicamente marcados à cultura dominante, a partir de uma adoção de padrões sociais e culturais. Seguindo a mesma idealização de homogeneidade cultural e social, no entanto, o modelo de integração é entendido na perspectiva de a sociedade maioritária estar exposta à diversidade cultural, uma condição que é trazida pelo “novo”, associado ao migrante/grupo étnico e, como tal, exposta ao “diferente”. A partir desta abordagem a integração é concebida através de metodologias e mecanismos que passam pela perspectiva de “educação” e “conscientização” da população maioritária sob a lógica de ensinar a lidar com a “diferença cultural” de forma a conciliar as diferenças culturais entre grupo maioritário e minoria étnica (Araújo & Maeso, 2013).

Conforme apontam Sayyid & Hesse (2006), a formação de categorias entre minoria étnica e maioria nacional é essencial para a manutenção e formação das identidades dos Estado-nação. Os autores demonstram como essa lógica foi crucial, por exemplo, na constituição do Estado britânico. Trata-se de uma dinâmica que permite interpretar e operar o conceito de “imaginário migrante”, conforme proposto por Sayyid (2004, como citado em Hesse & Sayyid, 2006). Segundo o autor, nesta operação, o migrante/minoria étnica é concebido como “ontologicamente distinto” - ora aceite, ora rejeitado; ora celebrado como exótico, ora como diferente, ao mesmo tempo, que posterga a ideia futura do migrante ser indistinguível da maioria nacional e, simultaneamente, reforça o adiamento destas mesmas formas (p.22).

Nesse enquadramento, a integração funciona como um mecanismo de incorporação condicionado, no qual os grupos racializados são avaliados a partir de parâmetros definidos pela sociedade maioritária. A lógica subjacente a este modelo pressupõe que as minorias étnicas/raciais adotem comportamentos considerados adequados e satisfatórios pela sociedade maioritária, avaliados frequentemente sob lógicas de transformação de “vulnerabilidades” e, dessa forma, esperando que cumpram os objetivos traçados nestas políticas (Araújo & Maeso, 2017). Neste sentido, o racismo deixa de ser assumido como uma questão central, que mereça um debate efetivo como uma política central de combate às desigualdades sociais e, como sublinha Sayyid (2017), a ausência de um reconhecimento explícito do racismo como fenómeno estrutural impede a rutura com lógicas coloniais pré-existentes, que continuam a posicionar certos grupos como inferiores a outros.

No contexto pós-racial, o racismo pode ser identificado quando práticas discriminatórias dirigidas a populações etnicamente marcadas são persistentes, quando os grupos étnicos são historicamente sujeitos a processos de violência e exclusão social, tanto em termos de segregação ou marginalização social, como por efeitos de descrédito sociais e culturais (Goldberg, 2010). Tal como argumenta Sayyid,

(2017) a lógica pós-racial não elimina o racismo, mas as práticas e políticas configuradas como pós-raciais continuam a contribuir para a sua reprodução, reforçando-o em moldes mais subtilmente institucionalizados.

Visto que os fundamentos que estruturam o pensamento europeu e sustentam o “princípio ordenador do mundo ocidental” de privilégios brancos (Sayyid, 2017, p.14) continuam a operar através de uma visão hegemónica através de um colonialismo contemporâneo imposto ao mundo inteiro. Atuando, conforme a suas demandas, manifesta-se em processos e movimentos de violência e exclusão sistémica a povos etnicamente marcados, tanto na Europa como no resto do mundo. Mas, também, quando procede na regulação das minorias étnicas e nos impactos das migrações, que são continuamente abordados sob uma perspectiva racializada (Hesse e Sayyid, 2006).

Pressupondo que brancos têm direito às posições que ocupam (Goldberg, 1994) e recusando reconhecer que os métodos aplicados ao modelo do multiculturalismo e da integração fracassaram (Sayyid, 2017), os discursos públicos persistem em tratar o racismo sob a ótica de medidas de “coesão social”, apresentando propostas políticas centradas em estratégias de “educação” ou “promoção da diversidade” (Araújo, 2019). De facto, isto ocorre porque a resistência ao multiculturalismo não se dirige à cultura em si, mas ao que é percebido como seu excesso, associado à cultura do “outro” etnicamente marcado, enquanto a branquitude é concebida como uma entidade racial neutra, colocando-se em oposição a essas diferenças (Lentin, 2014). No entanto, nem a assimilação nem a integração desafiam efetivamente a cultura hegemónica (Essed, 2002), pelo contrário, tendem a deslocar a responsabilidade da persistente exclusão social para os próprios grupos étnicos, enquanto ignoram os mecanismos por meio do qual se processam essas mesmas discriminações (Araújo, 2016). São mecanismos que reforçam o “racismo sem raça, todos os dias e em todos os sentidos” (Goldberg, 2006, p.356), racismos disfarçados como problemas de classe, cultura ou religião.

1.4. O “outro”, o Cigano

Desde o século XVI, a história cigana reflete a enorme intolerância dos Estados Europeus em aceitá-los como cidadãos. A violência e a desconfiança contra os ciganos aconteceram por meio de sanções de rejeição, expulsão e, até, de escravidão.

Alvos de uma vasta quantidade de legislação destinada à sua expulsão ou dispersão, o estigma de vagabundos, a língua diferente, as condições de nómadas manifestaram-se em diversas medidas violentas e discriminatórias contra os ciganos em todos os reinos europeus ao longo dos séculos.

A partir do século XIX, a perseguição violenta contra os ciganos diminuiu, no entanto, não acabou. Mesmo em Portugal, medidas discriminatórias e amplamente racistas contra os ciganos podem ser encontradas após o período democrático (Araújo, 2016).

Tal como Goldberg (2009) relembra, “Nascidos na Europa, mas não da Europa” (2009, como citado em Araújo, 2016, p. 302) reflete a narrativa política e social que domina a visão histórica sobre a comunidade cigana, concebida dentro de um imaginário como o “outro” ainda por colonizar (Alves, 2013). Uma narrativa notoriamente ampliada por estudos académicos e reproduzida em discursos sociais e políticos (Araújo & Maeso, 2013), que vem contribuindo para a perceção da população cigana portuguesa (e europeia) como ainda o “outro” europeu (Alves, 2013).

A construção social e cultural dos ciganos como o “outro” tem sido reforçada e normalizada de três formas interligadas, conforme aponta Araújo (2016). Através da constante ênfase dada à “não-europeidade” cigana, evidenciada pela insistente investigação sobre a ancestralidade e origens ciganas em narrativas académicas e políticas. Por meio da normalização do racismo contra os ciganos como algo amplamente aceite e manifestado sem aparente contradição, seja através de paródias ou piadas. E, por sua vez, na excessiva validação e questionamento sobre o interesse e capacidade das populações ciganas em se adaptarem à “sociedade majoritária” (p. 303).

A partir de uma perspetiva de superioridade moral, a avaliação da integração da população cigana continua a ser centrada na própria comunidade e na sua suposta capacidade de integração à cultura majoritária, sendo constantemente medida por meio de uma “comparação ontológica entre anfitriões e colonos” (Araújo, 2016, p.304). Tal como aborda Araújo (2016), esse tipo de interpretação ainda é encontrado em instituições públicas de apoio à integração, como se observa no Gabinete de Apoio à Comunidade Cigana, que continua a descrever os ciganos como “exóticos e estranhos”, como ainda não plenamente reconhecidos como portugueses (p.303).

Uma construção que os valida como um projeto educativo, constituído em oposição ao que é considerado a norma, numa tentativa de assimilá-lo ao projeto institucional (Gusmão, 2004). Assim, presume-se que o “outro” é um problema a ser solucionado, já que os costumes, tradições e os valores ciganos continuam sendo interpretados sob uma perspetiva de falta de modernidade (Araújo, 2016). Uma visão que os submete a lógicas contínuas na tentativa de reeducação, nas quais o seu êxito ou fracasso são avaliados com base em critérios de acesso a emprego ou à educação. Como consequência, submetendo-os a infundáveis processos institucionais que contribuem para a perceção dos ciganos ainda como uma população “incivilizada” (Maeso, 2015).

Como afirma Gusmão (2006), trata-se de um processo que ocorre dentro de um quadro político que continua a construir a identidade do “outro”, no entanto, sem a presença e voz do “outro”. Antevendo assim que, neste entremeio, surjam os mecanismos invisíveis que expõem as contradições do projeto institucional.

Essa ausência de voz do “outro” na construção da sua própria identidade, somada a persistência de mecanismos institucionais que o silenciam, abre espaço para que discursos hegemônicos ganhem força e legitimidade. É nesse contexto, que narrativas sobre a integração passam a ser frequentemente utilizadas como instrumento de discursos racistas por partidos conservadores e populistas de direita, que se aproveitam politicamente destas dicotomias de divisão. Um racismo que se torna cada vez mais visível, como também legitimado no discurso dos próprios atores políticos (institucionais), que o reforçam através de narrativas de separação de um “nós contra eles”, usurpando expressões como “portugueses do bem” em oposição aos grupos minoritários/étnicos (Martins, 2023, p.25). Em Portugal as pesquisas apontam que os eleitores do partido extremista de direita (Chega), tendem a valorizar a ascendência portuguesa como critério para definir quem é “verdadeiramente português” (Martins, 2023), uma retórica que sustenta a própria ideia de homogeneidade nacional e alimenta a percepção de uma suposta “invasão” das minorias étnicas/raciais.

Em relação à população cigana, esse fenômeno torna-se ainda mais evidente, já que continuam a ser um dos alvos preferenciais de discursos que os posicionam como incompatíveis com os valores da sociedade majoritária. O que vêm fortalecendo o apoio a estas ideologias e aumentando os casos de racismo e discriminação dirigido à população cigana, como pode ser observado nas eleições legislativas de 2021, onde em concelhos com maior percentagem de ciganos a residir, como Moura e Elvas, estas ideologias racistas ganharam um apoio significativamente elevado (Martins, 2023).

Essa instrumentalização da diferença resulta numa segmentação social que alimenta manifestações concretas e violentas de racismo, ao mesmo tempo, que funcionam como distrações e desviam o foco das estruturas e relações de poder desiguais. Este padrão de comportamentos não é isolado, mas reflete-se amplamente nas tendências globais de avanço de movimentos conservadoras/populistas de direita, cada vez mais alinhadas com conteúdos neofascistas, racistas e violentos. Por sua vez, o Estado continua a conceber as políticas de integração a partir de uma lógica de “reeducação” do “outro”, “deslocando a atenção das normas que sustentam o racismo e reproduzem a patologização das minorias” (Maeso, 2015, p. 66) e reforçando, de forma contínua, o círculo de assimilação e integração (Araújo & Maeso, 2013).

Como destaca Gusmão (2004), as políticas do multiculturalismo e integração permeiam a educação do “outro”, sem, no entanto, reconhecê-lo como sujeito singular e portador das suas próprias histórias. O reconhecimento da diferença transforma-se assim num discurso ilusório que promete acabar com as desigualdades, mas que, na prática, perpetua a dominação cultural historicamente enraizada. Enquanto, a resistência do “outro” é interpretada como um problema, desviando o foco da realidade estrutural e situacional dos espaços em que ele vive e da sociedade à qual pertence (p. 21).

CAPÍTULO II - A Gestão Política: uma aproximação Histórica e Política

Este capítulo apresenta uma breve revisão histórica das políticas sociais públicas que, ao longo dos anos, foram sendo concebidas e direcionadas à comunidade cigana portuguesa. Inicia-se com uma análise às políticas na Europa a partir da declaração do Direitos Humanos, em 1948, seguindo-se uma análise às políticas públicas portuguesas após adesão à União Europeia (UE).

Na parte final do capítulo, entra-se na segunda secção, que introduz o leitor ao contexto de trabalho de campo. Serão apresentados os órgãos institucionais de cariz social que integraram o trabalho e que desenvolvem políticas de integração, na vertente educativa, no Bairro das Pedreiras.

Esta secção inclui ainda uma breve revisão histórico-social das políticas locais, administradas pela C.M.B., que conduziram o projeto de realojamento do Bairro das Pedreiras. O objetivo é proporcionar uma compreensão da tipologia social em questão, permitindo contextualizar as decisões tomadas - decisões que moldam as narrativas centrais acerca do bairro e que, conseqüentemente, se refletem no seu estado atual.

2.1. A Gestão Política Cigana

As referências históricas sobre o povo cigano referenciam os diversos procedimentos legislativos, racializados e discriminatórios, impostos através de medidas de expulsão e segregação direcionadas aos ciganos, tanto em Portugal como na restante Europa.

Do ponto de vista de Bastos, Correia e Rodrigues (2007), os ciganos padecem de três traumas: o histórico, o sociológico e o democrático.

o trauma histórico foi provocado pelas perseguições, proibições e tentativas de aniquilamento de que foram alvo desde 1526 e advém de constantes tentativas de erradicação total ou parcial dos ciganos nómadas, de destruição de famílias ciganas, de apropriação dos seus bens, de promoção de condições desiguais de concorrência económica, bem como, no extremo oposto, mas com violência idêntica, de medidas promotoras da sedentarização e da assimilação cultural compulsiva. O trauma sociológico prende-se com a ausência de dados estatísticos para a abordagem sociológica do tema e o trauma democrático prende-se com o facto de os ciganos continuarem a ser tratados como ciganos e não como cidadãos portugueses – (Bastos, Correia e Rodrigues, 2007, como citado em Magano, 2014, p.77)

Gradualmente com o tempo – principalmente, a partir de 1945 derivado de pensamentos mais humanistas provenientes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) - começaram a ser implementadas medidas públicas com o intuito de fornecer condições de igualdade e de reagrupar as pertinências históricas de repressão ao conjunto da população cigana e povos nómadas.

As políticas de exclusão, impostas durante longos séculos, começam lentamente a transformar-se em políticas de inclusão.

“Neste contexto, ele já não está interdito, nem fisicamente encarcerado, mas controlado; não será rejeitado, mas enquadrado” (Liégeois,1989, p.112).

Foi a partir do Comité dos Ministros do Conselho da Europa que, em 1975, surgiram as primeiras tentativas políticas de combate ao racismo e à discriminação, exigidas a todos os governos dos Estados Membros (Liégeois, 1989). Diversas diretrizes foram emitidas pelo Parlamento Europeu, recomendando que todos os Estados-Membros condenassem formalmente todas as formas de discriminação contra indivíduos e famílias ciganas, bem como reconhecessem os ciganos como minoria étnica.

Entre as várias políticas de intervenção, destaca-se a prioridade concedida, em 1989, à educação das crianças ciganas, considerada como fator prioritário de integração e de combate ao absentismo escolar (Magano, 2014). Embora vários países tenham adotado as recomendações da UE sobre políticas públicas, no entanto, essas medidas revelaram-se, em grande parte, insuficientes no que se refere aos direitos sociais e às igualdades de oportunidades para as comunidades ciganas na Europa.

O Conselho Europeu, em 2011, estabeleceu novas diretrizes ao adotar a Estratégia Europeia de Integração das Comunidades Ciganas (EEICC), reforçando as principais componentes estratégicas de intervenção em áreas como a educação, saúde, habitação e emprego, traçando metas e objetivos a serem atingidos pelos Estados-Membros até 2020. Dando continuidade às estratégias anteriormente estabelecidas, encontra-se atualmente em vigor na EU um plano estratégico voltado para as comunidades ciganas, implementado por meio do Plano Europeu de Ação contra o Racismo (2020/2025), que abrange os domínios da inclusão, participação, educação, emprego, saúde e habitação.

Apesar das recomendações do Conselho Europeu, assentes em domínios de combate à discriminação e na promoção da inclusão social, no entanto, relatórios nacionais evidenciam a disparidade e o contraste entre as medidas adotadas e a condição socioeconómica dos ciganos, ainda marcada, em grande parte, por contextos de exclusão e segregação social (Magano & Mendes, 2021). Esses dados corroboram as preocupações levantadas por diversas instituições europeias. De acordo com o inquérito da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) sobre a população

cigana, realizado em 2021, cerca de 80% dos ciganos na Europa encontrava-se em risco de pobreza, sendo que, em Portugal, essa condição atingia 96% dos inquiridos. Em comparação com os dados de 2019, o relatório demonstra ainda a ausência de progressos significativos nas condições socioeconómicas dos ciganos até 2021, revelando que 83% das crianças ciganas vivem em agregados familiares em risco de pobreza, muitos dos quais enfrentando situações de carência alimentar.

A estranheza e incompreensão em relação aos modos de vida ciganos, persistentes ao longo dos séculos, continuam refletidas nas condições de vida da população cigana até aos dias de hoje. Grande parte da comunidade cigana europeia vive em contextos de exclusão social e com dificuldades económicas. Em Portugal, a situação em que vive a população cigana apresenta fatores que reforçam as condicionantes de marginalização e exclusão social, ampliando a dificuldade de acesso à equidade social. Além disso, a ausência do reconhecimento oficial como minoria étnica, aliada à falta de contabilização nos censos nacionais, dificulta a obtenção de dados precisos sobre os portugueses ciganos, assim como a sua localização e os modos de vida (Magano & Mendes, 2014; 2021)

2.2. Políticas Sociais Públicas em Portugal

Com a crescente responsabilidade dos governos democráticos na implementação de políticas públicas universais, a partir de 1974, Portugal começou a demonstrar uma preocupação mais ampla com a igualdade, a cidadania e os direitos sociais - um compromisso estendido a todos os cidadãos portugueses, incluindo a comunidade cigana.

As políticas sociais desenvolvidas pelo Estado português destacam-se a partir da década de 1990, período marcado pela adesão à UE, e passam a direcionar a atenção para o combate às desigualdades sociais, por meio de áreas estratégicas de intervenção como a saúde, a educação e a habitação. Surgem, assim, as políticas públicas de combate à pobreza e de inserção social, fundamentadas em princípios básicos na melhoria das condições sociais das populações e de igualdade de oportunidades económicas.

No âmbito da habitação, o Programa Especial de Realojamento (PER), lançado em 1993, foi um dos principais e mais efetivos programas voltados para o realojamento de famílias carenciadas visando a erradicação de barracas. Aplicado com maior incidência nas áreas urbanas de Lisboa e Porto, algumas famílias ciganas também acabaram por beneficiar deste programa, devido ao facto de partilharem áreas de realojamento com outros grupos socialmente desfavorecidos (Magano & Mendes, 2021).

Além do PER, noutros casos a intervenção na área da habitação foi efetuada pelos próprios municípios, geralmente através de parcerias e em rede, com o objetivo de realojar grupos sociais

economicamente desfavorecidos a residir em espaços segregados dentro dos municípios. No entanto, o resultado dos realojamentos não tem correspondido a uma noção de sucesso, nem revertido situações de exclusão. Pelo contrário, muitas vezes, demonstram a inadequação dos projetos às características específicas das populações envolvidas, bem como preconceitos dissimulados em meio do planeamento, colocando ainda mais em evidência o agravamento da segregação social (Castro, 2020). Tal como se pode observar pelo Bairro das Pedreiras, onde se evidenciam as consequências da segregação.

Outra medida de combate à pobreza foi o Rendimento Social de Inserção (RSI), que surgiu em 1996 em Portugal sob a designação de Rendimento Mínimo Garantido. Trata-se de apoio económico destinado a famílias em situação de carência financeira, com o objetivo de contribuir na integração destes grupos na sociedade ao nível da escolaridade, formação qualificada e comunitária. Apesar disso, os estigmas sociais associados à população cigana – frequentemente alimentados por discursos populistas e conservadores de direita – tendem a apontá-la como a principal beneficiária deste apoio social em Portugal, porém, os próprios dados sociais contradizem estas narrativas.

“os dados revelados por Branco (2003) e pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família (2009) indicam que, em comparação com o número global de beneficiários a % de população é reduzida, na ordem dos 3%.” (Magano e Mendes, 2021, p.283).

Como relatam várias famílias ciganas, este apoio revela-se insuficiente para cobrir as necessidades básicas e as despesas financeiras dos agregados familiares. Fatores como a baixa escolarização, a escassez de formação especializada e, sobretudo, a discriminação no acesso ao emprego agravam ainda mais estas desigualdades e dificuldades económicas.

Desta forma, muitas famílias ciganas precisam completar o RSI com outras atividades, geralmente ligadas às ocupações tradicionais ciganas, não exigindo qualificações formais. Entre as principais, estão a venda ambulante, o comércio de animais ou o trabalho sazonal agrícola – atividades que permitem as famílias fazer face às dificuldades e à pobreza.

O trabalho de campo revela que essas atividades são comuns no Bairro das Pedreiras. As técnicas sociais relatam que muitas famílias deixam o bairro no início da primavera, regressando apenas entre setembro e outubro, coincidindo com o início do ano letivo. Durante esse período, deslocam-se para o Algarve ou Espanha para realizarem trabalhos sazonais, como por exemplo, a “apanha da fruta”.

Como estratégia política, o RSI também visa promover a educação como meio para combater o absentismo escolar. No acordo previamente firmado com as famílias, estas comprometem-se a garantir a frequência escolar das crianças e jovens até à idade legalmente definida. O contrato assinalado visa a um cumprimento de deveres, tendo em vista a integração socioprofissional, incluindo ainda a procura

ativa de emprego, ações de formação e outras formas de contributo ao serviço da sociedade, caso contrário, pode remeter ao seu cancelamento.

“Mas o estatuto de desempregado, decorrente do benefício do RSI, como assinala Pereira (2016), não implica necessariamente o acesso a propostas de formação adequadas ou a qualquer proposta de trabalho, por desajustamento entre as propostas disponíveis e as qualificações dos inscritos ciganos.” (Magano & Mendes, 2021, p.285).

Apesar do aumento da idade mínima da escolaridade obrigatória e das exigências impostas pelo RSI, as medidas educativas ainda se mostram insuficientes para melhorar os níveis de escolaridade da população cigana. Embora, em Portugal, a educação seja obrigatória desde os 6 anos até aos 18 anos - ou até à conclusão de um curso profissional ou do ensino secundário - a população cigana continua a apresentar elevados índices de analfabetismo e absentismo escolar, principalmente entre os mais velhos e mulheres (Magano, 2014).

Com o objetivo de combater o abandono escolar precoce, alguns programas nacionais têm sido implementados na promoção da igualdade de oportunidades, nomeadamente através de apoios escolares direcionados a alunos mais carenciados. Entre as medidas públicas na área da educação destinada exclusivamente à população cigana, destacam-se dois programas de âmbito nacional. O Programa Operacional de Promoção da Educação – Opre Chavalé, a operar desde 2015, destinado a alunos ciganos a frequentar o ensino superior. Dinamizado inicialmente pela Associação Letras Nómadas, é atualmente promovido pela Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), em parceria com a mesma associação, prestando apoio a estudantes ciganos através da atribuição de bolsas de estudo.

O programa Roma Educa, igualmente promovido pela AIMA e em funcionamento desde 2019, adota a mesma estratégia de atribuição de bolsas de estudo. É destinado a estudantes até aos 23 anos que frequentem o 3º ciclo, o ensino secundário ou cursos equivalentes a estes níveis de ensino.

2.3. Programa Escolhas/Projeto Shave–E9G

Entre os programas promovidos pelo governo, o Programa Escolhas (PE) destaca-se como uma das políticas públicas com maior dimensão territorial e durabilidade temporal. Ao longo dos anos e após várias edições, este programa continua ativo na promoção da inclusão social por via educativa em território português. Enquanto medida pública, tem como objetivo a promoção da integração social e

a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao emprego, inserindo a sua área de atuação em contextos socioeconómicos vulneráveis.

Lançado em 2001 no âmbito do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM, IP), o PE tinha como principal objetivo a prevenção da criminalidade e inserção dos jovens residentes em bairros mais problemáticos, principalmente nas áreas de Lisboa, Porto e Setúbal.

Ao longo das edições, o PE passou por várias reconfigurações. Na 2ª geração (2004) passou a focar no combate à discriminação e na inclusão social, descentralizando a gestão para entidades locais. Na 4ª geração (2010/2012) foi introduzido o papel de Dinamizador Comunitário e adicionada uma quinta medida, centrada no empreendedorismo e capacitação. Na 6ª edição (2016/2018), ajustou-se às especificidades locais e ampliou a faixa etária de intervenção até aos 30 anos, visando intervir na empregabilidade.

A atual edição do PE integra a 9ª geração (E9G) sob a gestão do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, IP) financiando 118 projetos em diversos municípios nacionais. A sua missão foca na inclusão social e na igualdade de oportunidades, com duas estratégias principais: uma voltada para a educação, emprego e empreendedorismo, inclusão digital, formação e qualificação; e outra, na dinamização comunitária e na cidadania. O PE estabelece como grupo prioritário jovens entre os 6 e os 25 anos de idade, incluindo a participação aos familiares. Como objetivos principais nomeia a participação cívica e o valor das artes e no desporto, o combate à discriminação e indica o reforço na coesão social.

- **Projeto Shave-E9G**

Shave é uma palavra *romani* com o significado de amor, união e família.

O Projeto Shave- E9G integra o Programa Escolhas, sendo promovido e gerido pelo Centro Social, Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, em parceria com mais doze entidades⁵. Focado no apoio à inclusão social, atua junto à comunidade cigana e não cigana na cidade de Beja.

O projeto Shave- E9G identifica como áreas-chave de intervenção a educação, a formação e o emprego, procurando promovê-las através de desenvolvimento de competências pessoais e cívicas, e

⁵Integram o grupo de apoio ao projeto: AMEC (Associação de Mediadores Ciganos de Portugal); CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Beja); C.M.B. (Câmara Municipal de Beja); União de Freguesias de Salvador e Santa Maria da feira; União de Freguesias de Salvada e Quintos; Agrupamento de Escola Nº1 de Beja; Agrupamento de Escolas Nº2 de Beja; Cáritas Diocesana de Beja; EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza); Alentejo XXI (Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural); Psicoespaço (Centro de Desenvolvimento Infantil e Juvenil); Centro de Cultural e Desporto do Bairro da Conceição

atua com comunidades ciganas de três freguesias⁶, estendendo a todas as três principais problemáticas a serem combatidas.

A primeira envolve o absentismo e insucesso escolar, que relaciona com padrões familiares de desvalorização da educação. Refere que este é um problema que afeta especialmente meninas na puberdade, ao abandonarem a escola devido ao casamento, gravidez (precoces) ou por receio das famílias de que sejam “roubadas”.

O segundo problema identificado é o elevado nível de desocupação, desemprego e o trabalho precário nos locais de intervenção. Em relação às comunidades ciganas o projeto identifica as causas devido à desocupação laboral (relacionada com a desvalorização escolar), à escolha de atividades económicas distintas da sociedade maioritária (associada a aspetos culturais) e o estigma social e a rejeição de entidades empregadoras que dificultam a integração no mercado de trabalho.

O terceiro problema associa-o à pobreza e exclusão social, especialmente no Bairro das Pedreiras. Agravada devido à insuficiência económica e comportamentos desviantes, mas também pelas habitações serem desajustadas aos agregados, produzindo a coabitação familiar, ou, ainda, pela falta de saneamento básico, sendo que, nas barracas é inexistente.

Para além disso, acrescenta como contributo à marginalização, o isolamento geográfico, a ausência de transportes e espaços verdes, a dependência do RSI e os mecanismos de autoexclusão da comunidade.

O projeto Shave- E9G atuará no terreno até à data de conclusão da 9ª geração do PE. A equipa é multidisciplinar e é composta por uma coordenadora, animadora sociocultural, psicóloga, um dinamizador comunitário e um monitor (cigano).

O trabalho de campo concretizou-se no Bairro das Pedreiras a partir do Projeto Shave- E9G, juntamente com os atores sociais que atuam neste projeto.

2.4. Estratégia Nacional de Integração da Comunidade Cigana

O órgão encarregado na administração, coordenação e implementação das estratégias públicas dirigidas às minorias étnicas e imigrantes está atribuído ao Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM, IP), até à data, vinculado na Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA). Como aponta Raposo (2022) isto reflete a forma como as instituições estatais percecionam as questões de inclusão

⁶ Bairro da Esperança, Bairro das Pedreiras, Rua da Lavoura, Bairro Pelarne e Freguesia Salvada

e de cidadania das minorias étnicas e dos migrantes, colocando-os como os "outros" na sociedade portuguesa.

Em 2013 Portugal implementou, pela primeira vez, uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENNIC), com o objetivo de reunir medidas públicas existentes, mas dispersas, tendo como plano de ação cinco áreas estratégicas: educação, habitação, formação, emprego e saúde. Esta medida, integrada num compromisso político a partir da Estratégia Europeia de Integração das Comunidades Ciganas (EEICC), esteve em vigor entre 2013 e 2020.

Em 2018, após consultar autarquias, entidades locais e associações ciganas o Governo redefiniu objetivos e metas da primeira revisão. E a ENNIC é alargada até ao período de 2022, e prorrogada em Resolução do Conselho de Ministros até ao final de 2023.

Atualmente, e até à data, Portugal não tem em vigor nenhuma estratégia de inclusão dirigida aos ciganos, contradizendo as medidas da Comissão Europeia que apresenta o Quadro Estratégico da UE para a igualdade, inclusão e participação dos ciganos entre os períodos de 2020-2030.

O relatório da Comissão Europeia sobre a avaliação da ENNIC (2020) aponta críticas à estratégia, destacando que, embora os impactos variem entre os países europeus, a maior evolução foi observada na área da educação, com a redução do abandono escolar. No entanto, a inserção da comunidade cigana no mercado de trabalho não apresentou avanços e, além disso, a conjuntura habitacional e as condições gerais de vida dos ciganos continuam sendo os eixos mais críticos, evidenciando a insuficiência das medidas adotadas.

Em Portugal, organizações como a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), a Associação Letras Nómadas e Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos destacou em relatório anual (2020) as principais fragilidades da ENNIC. Segundo estas entidades, embora algumas medidas de intervenção apresentem avaliações positivas, a estratégia ainda carece de objetivos mais específicos e impactantes. Destacam que, além disso, há poucos programas voltados exclusivamente para a comunidade cigana e os que existem têm gerado efeitos limitados quanto à sua eficiência. Outro ponto crítico é a ineficiência do sistema de avaliação, baseado predominantemente em indicadores quantitativos, sem uma análise mais real e efetiva. Por fim, apontam a escassez de recursos financeiros restringindo a atuação nos territórios, comprometendo desta forma a implementação das medidas.

2.5. Associações e Movimentos Sociais

Desde a década de 1990, em Portugal, é possível destacar movimentos associativos e Organizações Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que têm desempenhado um papel pioneiro de valorização da história e cultura cigana, mantendo um trabalho importante até aos dias de hoje. Através

de projetos pioneiros estas organizações promoveram a criação de iniciativas de sensibilização e apoio social, apostando na formação e a investigação académica.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos prestaram apoio social a famílias ciganas, mas também incentivaram a investigação sobre a comunidade cigana, especialmente em Lisboa. A Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos lançou medidas de apoio educativo que, posteriormente, vieram a ser adotadas como políticas públicas pelo governo português. A Rede Europeia Anti- Pobreza (EAPN) destacou-se na formação e no debate sobre as comunidades ciganas, organizando encontros nacionais e internacionais. Em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia promoveram as primeiras formações para mediadores socioculturais ciganos nas áreas de habitação, educação e saúde, contribuindo para a profissionalização do estatuto de mediador.

Na área dos movimentos sociais o SOS Racismo desempenhou um papel relevante, desenvolvendo pesquisas em parceria com associações locais. Mais recentemente, a Associação Letras Nómadas, criada em 2013, tem focado na promoção da educação e cultura cigana, promovendo o programa Opre Chavalé, posteriormente integrado como medida pública educativa sob o nome OPRE.

Os ciganos em Beja: processos de inclusão e exclusão

Atualmente, o Alentejo totaliza cerca de 7,3 mil habitantes ciganos, ocupando o quarto lugar do país em termos de percentagem da população cigana⁷. No entanto, foi apenas a partir da década de 1970 que a sedentarização dos ciganos na região começou a ganhar destaque. Paralelamente, acompanhando o fluxo da restante população alentejana, motivada pela mecanização da agricultura, muitos ciganos deslocaram-se, nessa época, para a área de Lisboa.

Para a população cigana que permaneceu no Alentejo, o comércio ambulante tornou-se a principal fonte de rendimento. Adaptando-se ao comércio sazonal e a itens de moda passaram posteriormente a dedicar-se ao comércio de sapatos e roupas, setores que se tornaram predominantes e que continuam a manter em feiras e mercados (Xarepe, 1997).

As dificuldades de acesso ao emprego formal e a baixa qualificação escolar levaram muitos ciganos a permanecerem no comércio “tradicional”, mantendo-os na venda de equídeos ou automóveis, ou exercendo trabalhos agrícolas - atividades com que subsistem até aos dias hoje.

⁷ No concelho de Beja não existem estatísticas oficiais atualizadas, dificultando a obtenção de dados fidedignos. Para a obtenção parcial de dados consultar Diagnóstico Social Beja 2024

2.6. Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança

Reconhecido como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), o C.S.R.B.E. desempenha a função de promotor e gestor do Programa Escolhas, através do Projeto Shave- E9G, assumindo como compromisso, a integração social por meio do combate à exclusão social e visando a promoção da inserção social e comunitária.

Está localizado no Bairro da Esperança desenvolvendo, desde 1993 um trabalho voltado para a integração da população cigana e não cigana do bairro. Atualmente, direciona as suas atividades para as comunidades do Bairro da Esperança e Bairro das Pedreiras, oferecendo acompanhamento psicossocial, animação de tempos livres e assistência a idosos.

No âmbito educativo, destaca-se um curso de formação profissional com ensino digital, voltado para agregados itinerantes, no qual participam doze jovens ciganas. Além disso, disponibiliza uma sala de estudo comunitária e promove iniciativas socioeducativas para a toda a comunidade. Através do Projeto Shave, outras atividades são realizadas e dinamizadas nos próprios locais, como acontece no Bairro das Pedreiras, onde há um acompanhamento de visitas diárias para a realização de atividades socioeducativas com as crianças e jovens.

Ao longo dos anos, o Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança tem desenvolvido um trabalho contínuo com a comunidade cigana do Bairro das Pedreiras, tendo sido um dos projetos pioneiros na conceção e planeamento do realojamento. À exceção de alguns anos de interrupção, a intervenção social tem sido acompanhada pelo Programa Escolhas ou por iniciativas como, por exemplo, o projeto de “Inclusão pela Arte”. Paralelamente ao Projeto Shaves, atualmente, também a C.M.B. atua no bairro através de um projeto focado na inclusão social.

Como referenciam Magano e Mendes (2021) apesar das diversas intervenções sociais numa perspectiva de inclusão nestes territórios - alguns com longos anos de atuação - os impactos positivos continuam difíceis de vislumbrar.

2.7. Processo de Realojamento do Bairro das Pedreiras

Os realojamentos promovidos através de políticas públicas na área da habitação têm, muitas vezes, intensificado os contextos e os estados de marginalizações dos grupos intervencionados. O realojamento do Bairro das Pedreiras e a atual situação habitacional, social e económica das famílias ciganas que ali residem, valida a conclusão de um realojamento ineficaz, evidenciando um território

segregado e em profunda exclusão social. Tal como aponta Castro (2020), após os realojamentos, há uma tendência para o agravamento da estigmatização e exclusão social destes grupos. Comum a estes projetos de realojamento, destaca-se a localização frequentemente realizada em áreas periféricas, afastando as comunidades de serviços essenciais dos centros urbanos, como escolas, hospitais e comércio. Além do mais, sinalizam um espaço “em que ninguém passa ou tem necessidade de ir” agravando tanto o distanciamento social quanto o físico, um “«aprisionamento» simbólico e geográfico no espaço de residência” (Wacquant, 2014, como citado em Magano & Mendes, 2021, p. 288).

A seguir, apresenta-se o testemunho de um ex-técnico social da autarquia de Beja, que permite compreender os métodos adotados pela C.M.B. no planeamento e execução do projeto de realojamento do Bairro das Pedreiras. Ao atravessar uma lógica histórica dos acontecimentos, identificam-se as principais premissas que orientaram as decisões ao longo dos anos, culminando assim com a realidade atual do Bairro das Pedreiras.

O processo de realojamento do Bairro das Pedreiras começou formalmente em 1993, após uma intervenção social do Grupo de Intervenção Social Articulado (GISA) e o Gabinete Técnico Local (GTL), ao elaboraram um plano pormenor no qual forem identificadas as principais dificuldades socioeconómicas a serem enfrentadas pelas famílias a residirem em barracas no Bairro da Esperança.

Com a criação do Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança (C.S.C.R.B.E.) e do Observatório Social, entre 2002 e 2005, foi realizado um diagnóstico social que conduziu à decisão de erradicar as barracas, com base em dois princípios: o realojamento de cinquenta famílias assinaladas como aceitáveis para a mudança - sendo que o critério de avaliação exigia que um dos elementos da família residisse há, no mínimo, vinte anos no Bairro da Esperança - e, em paralelo, a reabilitação do Bairro da Esperança por meio de uma reconversão urbanística e ambiental.

Antes da implementação deste projeto e de forma a complementar o processo de realojamento, foi também desenvolvida a proposta de criação de um “Parque-Nómada” - uma infraestrutura específica que visava suprir as necessidades diárias de grupos itinerantes. Este projeto foi concebido em articulação com as autarquias de Faro, Vila Real de Santo António e Huelva, com o objetivo de estabelecer um circuito estruturado entre o Alentejo, Algarve e Espanha. Estas autarquias pretendiam estabelecer uma rede de infraestruturas ao longo dos percursos tradicionalmente utilizados pelas comunidades ciganas. No entanto, apesar das candidaturas terem sido submetidas por duas vezes ao Programa Interreg III- A, no âmbito da Cooperação Territorial Europeia, o projeto foi rejeitado em ambas as tentativas.

Enquanto se desenvolvia o projeto do “Parque-Nómada” também era elaborado o plano para as cinquenta novas habitações. Estas habitações eram estruturadas adotando uma tipologia “habitacional cigana”, concebida com base em teorias científicas. Neste sentido, consideraram essencial projetar

espaços amplos e abertos, capazes de acomodar as dinâmicas económicas das famílias, principalmente as famílias que exerciam atividades com animais.

Após uma avaliação social conduzida pelo grupo de intervenção, conclui-se que a passagem dos grupos nómadas pelo local estaria frequentemente ligada a laços de parentesco e motivada por eventos familiares, como casamentos, doenças, funerais ou internamentos hospitalares. Com base nessa avaliação, a zona residencial foi projetada para integrar tanto famílias sedentárias como os grupos nómadas. O projeto foi então renomeado para “Parque Nómada e Residencial”, refletindo assim a sua dupla funcionalidade, ao integrar duas áreas distintas dentro do mesmo terreno: uma destinada aos nómadas e outra para a construção habitacional.

Com o novo enquadramento definido, a C.M.B. iniciou uma prospeção territorial em Beja, especialmente nas proximidades do Bairro da Esperança. Inicialmente, tentou adquirir terrenos vizinhos a este bairro, mas enfrentou as rejeições por parte dos proprietários ao tomarem conhecimento do plano. Diante das dificuldades na aquisição de terrenos, a solução encontrada foi um acordo entre C.M.B. e a Santa Casa da Misericórdia de Beja, que cedeu um terreno por protocolo municipal. A escolha desse espaço, próximo ao parque de materiais da autarquia, permitiu reduzir custos ao aproveitar infraestruturas já existentes, como redes de água e eletricidade, além de estar situado numa localização próxima ao Bairro da Esperança.

Com o terreno definido, avançou-se para a segunda fase do projeto, dedicada ao planeamento arquitetónico do “Parque Nómada e Residencial”, em conformidade com as características do terreno adquirido e com os modos de vida cigano, as habitações foram projetadas em tipologia T2, térreas e organizadas de modo a favorecer a vida comunitária e ao ar livre. Cada casa incluía dois quartos, uma casa de banho e uma sala e cozinha conjunta, equipada com uma lareira, como forma de “agradar” e respeitar a tradição cigana e a sua relação cultural com as fogueiras. Para além disso, antes do realojamento, foram consideradas relações de vizinhança conforme as preferências de cada família, bem como uma preparação prévia para a transição.

Paralelamente à construção das cinquenta casas, foi erguido um muro de cimento ao longo de uma das entradas do bairro, com o objetivo de delimitar o espaço residencial. Para atenuar o impacto visual da estrutura e proporcionar sombra, foram plantadas árvores ciprestes ao longo da estrutura.

O muro tinha um portão que servia para viaturas de emergência, enquanto os residentes utilizavam uma entrada separada. A sua construção resultou de um acordo entre a C.M.B. e uma empresa local - a única vizinha do bairro. Segundo a entidade, a decisão foi justificada pela entidade como medida de proteção das crianças, devido à circulação de camiões na estrada adjacente. Além disso, argumentou-se que a estrutura também serviria para salvaguardar a própria empresa, que já se encontrava no local antes da construção do bairro.

A polémica em torno do muro ganhou proporções imediatas na comunidade. Em 2011, o Estado Português foi processado no Conselho Europeu dos Direitos Sociais por violação da Carta Social Europeia, devido à construção do muro no Bairro das Pedreiras. A queixa foi apresentada pelo European Roma Rights Centre (ERRC) (Alves & Ferreira, 2018), denunciando o Estado Português de racismo e discriminação, devido à estrutura construída pela Câmara Municipal de Beja.

Embora o Comité Europeu tenha reconhecido a violação de direitos, no entanto, a denúncia teve carácter não vinculativo, não resultando em medidas concretas para alterar a situação. Nenhuma responsabilidade foi formalmente atribuída, e a remoção do muro ocorreu após pressão contínua da comunidade, o que levou a C.M.B. a demolir parcialmente o muro devido à polémica causada.

A comunidade apelidou o Bairro das Pedreiras de “cemitério dos vivos”, devido ao muro e às árvores ciprestes que o circundavam.

CAPÍTULO III - Navegando o Muro nas suas Diferentes Instâncias

No início do trabalho de campo, o objetivo concentrava-se no muro e a separação simbólica que esta barreira representava. No entanto, embora inicialmente com um carácter passivo, gradualmente com o tempo, o Centro Social e os momentos que ali passava revelavam dinâmicas que completavam as ligações entre cada contexto. No decorrer do tempo, a espera dos monitores ou, por vezes, a sua indisponibilidade devido à execução de outras funções, impossibilitava as visitas ao bairro, condicionando a minha permanência no Centro Social, onde acabava também por passar alguns momentos do dia. Compreendi, então, que Bairro e Centro não eram realidades isoladas, mas sim espaços interligados, representando diferentes dimensões de uma mesma estrutura simbólica e operando dentro de um campo de ação comum.

Desta forma, o objetivo inicial da pesquisa começou a assumir novas formas, desdobrando-se em outras particularidades que passaram a ser consideradas. Identifiquei essas transformações como fronteiras simbólicas, perceptíveis em pequenos detalhes que me deparava no quotidiano. Estas fronteiras (simbólicas) operavam e manifestavam-se por uma linha muito subtil e invisível, a da “integração”. Delimitavam um dentro e um fora, e eram refletidas tanto na interação com a comunidade quanto nas questões burocráticas do dia-a-dia. Por sua vez, também manifestavam divisões entre um poder central (distante/fora) e os atores sociais (próximos/dentro), responsáveis por resolver os problemas práticos nos terrenos.

Como apontam Araújo e Maeso (2017), “as políticas públicas reforçam essa fronteira ao assumir a necessidade de 'familiarizar' os últimos com as instituições estatais e a cultura nacional” (p.44).

Este capítulo oferece uma descrição detalhada dos momentos que passei junto dos técnicos sociais no Bairro das Pedreiras. Tem como objetivo demonstrar de que forma o papel da integração opera, efetivamente, nos territórios – seja na interação com os moradores, na resolução de conflitos diários e na própria adaptação ao território por parte dos técnicos e instituições. Considerando que o Estado é um poder organizativo que se estrutura a partir das relações quotidianas dos agentes que o representam (Lopes et al., 2017), é na prática diária que as linhas invisíveis emergem - por meio da atuação dos atores sociais – revelando tanto as suas limitações quanto as soluções encontradas para os problemas que surgem ao tentarem implementar as políticas de integração nos territórios.

As notas aqui apresentadas foram retiradas do diário de campo, escrito diariamente ao final de cada dia de trabalho de campo, onde procurei registar tudo o que acontecia. Para garantir que a memória não me falhasse, procurava recordar os momentos partilhados com os “atores do dia” e os pormenores ditos ou feitos, em cada contexto, tanto no bairro como no Centro.

Como forma de preservar a privacidade de cada interlocutor, todos os nomes próprios apresentados nesta secção são fictícios.

3.1. O Bairro das Pedreiras

As execuções das medidas públicas devem ser entendidas como uma construção diária, resultante de um conjunto diverso de relações. Conforme destacado na etnografia sobre o Estado (Lopes, et al, 2017), dinâmicas de “pessoalização” são relevantes para compreender o seu funcionamento.

Nesta secção, esta conceituação torna-se evidente em vários momentos ao longo da descrição. A necessidade de os atores institucionais coordenarem o seu trabalho com colegas de outras instituições, impacta diretamente a sua atuação, necessitando um constante ajuste nos planos para enfrentar os desafios que surgem. Além disso, manifesta-se pela gestão de emoções e expectativas dos adultos, no empenho para obter participantes para formações profissionais ou pela realização de atividades com as crianças e, ainda, pelos processos de mediação que são observados em algumas situações.

Este compromisso, num sentido de “missão” (Maeso, 2015) exercido pelos atores sociais, torna-se essencial para assegurar um desempenho eficiente das suas funções, tentando assim maximizar as chances de sucesso dos projetos institucionais.

Entramos no Bairro das Pedreiras pela antiga entrada principal, está no cimo da colina atrás dos armazéns da Câmara Municipal, não conseguimos ver a estrada nacional. Ao entrar por este lado, avistamos dois contentores (pré-fabricados) fechados, estão junto à estrada e ainda um pouco distantes da entrada “oficial do bairro”.

Sofia, coordenadora do Projeto Shave, vai reclamando, pois não entende esta situação. Aparentemente, estes contentores são apenas utilizados pela técnica social da Câmara, uma a duas vezes por semana, quando esta trabalha com as crianças da comunidade. Embora, os seus pedidos e advertências para a partilha do uso destas instalações, a C.M.B. não dá qualquer resposta, limitando-se ao silêncio.

Descemos a estrada de terra, à nossa esquerda, encontramos o primeiro largo de barracas. Vamos parando a carrinha lentamente, isto permite que Sofia cumprimente as pessoas. Pergunta como estão, se alguns problemas específicos já foram resolvidos, mas, principalmente, esta primeira paragem permite-lhe falar com as crianças que vão aparecendo. Em tom de brincadeira, repreende-os, dizendo-lhes por que razão se encontram ali e não foram à escola.

Damos meia-volta na carrinha e continuamos a descer a estrada, seguindo paralelamente uma extensão de barracas, que termina num largo central. Rodeado de um lado por barracas e, de outro

lado, por casas de alvenaria. Ao longe, vejo paralelas umas às outras (cinquenta) casas de alvenaria distribuídas por cinco ruas alcatroadas. A uma distância, provavelmente, de quinhentos metros, a separar estrada e bairro está um campo de árvores que serve para cavalos, carroças e restos de materiais variados. O antigo muro encontra-se por trás destas ruas, sinalizando o limite do bairro.



Figura 1 Bairro das Pedreiras, 2018
(fotografia publicado em *Jornal Mapa*)

Acompanho Sofia e mais dois monitores estagiários do Projeto. Pedro um jovem cigano a estagiar pela escola profissional e Laura uma jovem estudante universitária de Serviço Social. Eles vão na missão de me apresentarem o local que escolhi para fazer o meu trabalho. Paramos a carrinha junto ao velho muro, de um lado, o campo e a vista para cidade ao longe, deste lado, o bairro.

O sítio que paramos parece-me propositado, “sinalizando” que naquela rua estariam pessoas conhecidas e de proximidade que pudéssemos falar.

Antes de sairmos da carrinha, como forma de demonstrar a responsabilidade dos dois lados, Sofia explica-me que “eles tiveram tudo, mas também destruíram. Antes aqui o campo tinha oliveiras, arrancaram tudo. As casas a mesma coisa”, acrescentando, a inação e o desprezo da Câmara pela situação atual em que se encontra o bairro. Pedro, o estagiário cigano concorda, reafirmando as suas falas. Este, aparentemente, distante em relação ao bairro e às pessoas que o habitam, exprime: “eles portam-se assim”, “fazem assim”, “são assim”.

Começamos a percorrer uma das ruas. Ruas pequenas, casas térreas e diferenciadas umas das outras. Não existe uma estrutura arquitetónica linear, é como consoante o proprietário, tenha feito modificações ao seu “jeito”. Outrora casas todas iguais, é notória a degradação: janelas partidas tapadas com plásticos, tijolos a cobrir anteriores janelas e portas, algumas com telheiros à frente, tinta a cair das paredes.

Entramos na rua. As primeiras pessoas que encontramos são três mulheres, sentadas do lado de fora das casas. Duas sentadas, uma a amamentar o filho, e outra de pé. Cumprimentam e, imediatamente, começam a falar com Sofia por causa do RSI. As outras, saem. Fica Cecília, queixa-se de quererem-lhe cortar o RSI durante dois meses. Explica o motivo: foi porque faltou a uma das consultas com a filha. No dia anterior à consulta, a irmã fugiu com o noivo e ela e os pais estavam desesperados. Até fizeram um “direto”. E, por estes motivos, as “Doutoras” querem-lhe cortar durante dois meses o RSI. Ela explicou às “Doutoras”. “Mas vocês não têm imprevistos? Que



Figura 2 Rua/Casas de Alvenaria, 2024

culpa tenho eu? Esqueci-me da consulta. Com aquela situação, não me lembrei”. Acrescenta, que as “Doutoras” não compreendem, pede a Sofia para falar com elas ou resolver. Sofia concorda.

Seguimos pela mesma rua, encontramos Olívia com o filho de três anos ao colo, está a sair da sua casa, a última da rua. Vem saindo à porta, queixando-se a Sofia pelas condições. Tem uma rutura de água há dias e ninguém lá vai arranjar, “já liguei para a Câmara” e “fui lá queixar”, mas ninguém vai ao bairro. Olívia repete que ninguém ali vai, só a polícia. Ninguém quer lá ir, nem canalizadores “mesmo que lhe paguem” e nem os autocarros, “a gente é que tem de ir buscar e levar os moços à escola”. Olívia afirma “tás a ver, não é racismo, é aquela coisa de serem ciganos. As pessoas, é como em Lisboa os pretos, não é racismo. É os pretos tem aquela ideia”. Repete, “pensam ciganos, já tem aquela ideia”. Volta a repetir algumas vezes.

Entre temas de conversas que se misturam, diz-me que veio da Vidigueira e que não foi obrigada a casar: “isso era outra geração”, a dos pais, “Agora já não é assim. As ciganas não casam obrigadas. Até podem namorar. Eu e as minhas irmãs não fomos obrigadas”. Pedro concorda e acrescenta, “as mulheres podem se divorciar. A gente não casa na igreja. Agora já se podem divorciar, a mulher pode escolher o marido, se não gostar do que os pais escolheram pode dizer que não quer e ir embora. O homem já não pode escolher, tem de ficar mesmo não gostando”.

Olívia nasceu na Vidigueira, mas vive no bairro há treze anos, desde que casou com o marido. Tem trinta anos e quatro filhos que participam ativamente no Projeto Shave, as filhas mais pequenas em atividades depois das aulas, o filho mais velho é considerado pelos monitores um dos melhores jogadores do Clube Escolhas. Olívia tem a 4ª classe, diz “ao menos sei ler e escrever”.

De repente, começam a se juntar ao grupo outras jovens com filhos no colo, habitantes das barracas da frente das ruas, viram Sofia e a carrinha do Centro a passar, aproximam-se.

Sofia começa a esclarecer sobre as novas formações que o Projeto pensa começar em breve, coordenado com outra instituição. Uma das jovens diz que está interessada na formação das “unhas” e a outra jovem com o filho também está interessada na formação.

Forma-se assim um pequeno grupo em frente da casa de Olívia, que comenta comigo, “eu unhas não tenho jeito. Tenho jeito é para sobancelhas e pentear cabelos. Agora unhas não tenho”. Mostra-me as suas mãos e diz que nem gosta delas grandes. Pergunto-lhe porque não vai fazer a formação, confessa-me que não pode, tem um filho pequeno e o marido já está a fazer uma formação para ter o 6º ano.

Pergunto-lhe se gosta de viver no bairro, se gostava de sair dali, responde prontamente: “era o meu sonho sair daqui”.

.....

Voltamos ao bairro à tarde. Passamos pela estrada alcatroada cheia de buracos, onde ao fundo estão dois contentores municipais a transbordar de lixo, os únicos do bairro. Entramos, desta vez, pela entrada “principal”, onde existia o antigo portão.

Os monitores interrogam-se para escolher o melhor local para realizarem a atividade. Dividem-se em opiniões e motivos para escolher o melhor espaço para realizarem as atividades naquele dia. Se no largo central à entrada do bairro, perto de barracas e das casas, ou se numa das ruas. Após a incerteza, a rua escolhida parece uma rua menos habitada, onde só passa quem necessita mesmo passar e, diferentemente da maioria das outras ruas, é composta maioritariamente pelas traseiras de casas. Ficamos no início da rua.

É a carrinha do Centro Social que sinaliza a nossa presença no bairro⁸, ou pelo local em que fica



Figura 3 Lateral do bairro, ao fundo a fábrica de rações, 2024

estacionada ou quando passamos com a carrinha. Montamos o material: mesa e banco. As crianças chegam da escola. Vão passando pela rua onde estamos. Algumas ficam, outras cumprimentam e seguem. Outros, muito pequeninos, passam de mão dadas com as mães. Quem quer fica, outros juntam-se mais tarde.

A atividade do dia é referente ao Dia dos Namorados, embora o dia oficial tenha sido há cinco dias. Estão presentes à volta de doze crianças, entre os seis e os doze anos. O objetivo desta atividade é escrever ou desenhar uma mensagem de amor, para alguém que se goste muito. Junto-me à atividade, ajudo principalmente Lúcia, tem doze anos e está na 1ª classe, e parece mais “aflita” em comparação com outros.

A maioria das crianças dedicou a sua mensagem a Sofia.

.....

Nos contextos dos territórios, em contacto direto com os grupo-alvos, antes de mais, sobressaem as características pessoais dos atores sociais, fundamentais para estabelecer vínculos e legitimar a intervenção. A maneira como demonstram empatia, prestam atenção às necessidades da comunidade e gerenciam conflitos pode influenciar a aceitação ou rejeição da atuação da sua “missão pública” (Lopes et al., 2017). Este envolvimento pessoal torna-se, portanto, um elemento crucial para o bom funcionamento das instituições e para a eficácia no cumprimento das suas funções. Fica claro que os projetos não dependem apenas de regras e diretrizes, mas, principalmente, do carisma e das habilidades interpessoais dos profissionais envolvidos.

⁸ O Projeto Shave não tem um espaço físico para realizar as atividades no Bairro das Pedreiras. Por isso, a escolha do local é aleatória.

Saímos do Centro Social em direção às Pedreiras, três quilómetros separam os bairros. Está um dia gélido e ventoso, e o frio sente-se em todo corpo.

Dirigimo-nos ao bairro antes do final das aulas na escola, vamos ficar pouco tempo. Pois há um encontro marcado no Centro Social, uma reunião geral entre entidades, que irá marcar o tempo que permanecemos no bairro hoje. Estão presentes dois monitores, a coordenadora do projeto e mais duas estagiárias da universidade.

Esta semana, tal como na outra, a rua escolhida é a mesma. Enquanto se monta a mesa e os bancos e se espera que as crianças cheguem da escola, aproveito e peço a Miguel para me acompanhar a ver os restos do muro. É monitor do Projeto e cigano. Miguel cede e acompanha-me. Travamos conversa, pergunto-lhe se tem recordações do muro. Diz que sim, era um muro grande com um portão por onde entravam e saíam os carros e pessoas, depois a comunidade foi destruindo-o aos poucos: “era como uma prisão, depois puseram as árvores dos cemitérios”.

Tiro algumas fotografias às partes onde ainda há vestígios, principalmente nas pontas junto às instalações da fábrica e do Parque da C.M.B. Reparo que afastadas das ruas existem mais duas casas de alvenaria, misturadas no meio de barracas. Pergunto a Miguel para que serviam e se estão também habitadas, diz que não sabe, mas pensa que serviam de apoio à Câmara. Acaba por revelar que também já ali viveu, mas depois os pais resolveram mudar-se novamente para o Bairro da Esperança, no entanto ainda tem família ali a viver, primos e a irmã que casou com um dos habitantes.



Figura 4 Muro em 2024

Enquanto os outros monitores estão a realizar as atividades do dia, Sofia decide ir percorrer o bairro, na tentativa de encontrar possíveis interessadas às formações que irão iniciar em breve. Formações destinadas às mulheres, Sofia segue com uma intenção, sabe quais as casas onde poderá encontrar as possíveis novas formandas.

Juntas, percorremos cerca de três ruas praticamente sem ver ninguém. Batemos à porta semiaberta de Olívia, não responde. Seguimos, tentamos mais duas casas, também ninguém nos atende. Ao passar, interpela-nos uma Senhora, mais velha, para pedir desculpa a Sofia pela atitude do marido da neta quando passámos há pouco, na carrinha. Insiste nas desculpas, diz que a neta e o marido estão zangados.

Mudando-nos os planos, dirigimo-nos novamente à barraca de Manuel (marido da neta), que vem acenando com a mão para entrarmos. Anteriormente, quando entramos no bairro, Manuel que estava sentado à porta da sua barraca ouvindo música de igreja e bebendo umas cervejas, fez-nos parar a

carrinha para falar com Sofia. Em outra barraca ao lado estava a sua mulher sentada, indiferente Maria Clara deixou-se ficar afastada com o filho no colo.

Entramos na barraca de Manuel, onde já se encontra também Maria. Junto à porta de entrada sentado, à volta de uma pequena mesa com cervejas, também está o pai de Maria. Manuel mostramos orgulhosamente as pequenas obras que fez recentemente na barraca. Construiu um arco para separar as duas divisões que compõem a casa, entre cozinha e quarto. O quarto que serve toda a família, Maria, Manuel e os três filhos pequenos, é composto por apenas um sofá-cama e, no chão, sobrepostos em cima uns dos outros, vários colchões e mantas.

Sinto o vento a passar entre o teto e as paredes de chapas de zinco.

A cozinha/sala, a primeira divisão, é ocupada por um televisor em cima de um armário comprido, guardando dentro loiças, pratos e tachos e servindo também para colocar pequenas peças decorativas. Ao canto direito, no chão, um fogão camping-gás e, de lado, umas bilhas para a água. Vivem aqui desde que casaram, tudo está em exímia organização, mas não cabe e não existe nada mais em casa de Manuel e Maria.

Contam animados, junto com ao pai de Maria que se junta à conversa e vai revelando pormenores do casamento entre os dois. Acrescenta que eles não foram prometidos um ao outro, Manuel “roubo-a”. Maria casou com quatorze e tem agora dezanove anos. Ainda tiveram noivos durante dois anos, mas quando se casou Maria “já ia grávida”. Esta confirma, fez o teste na farmácia e estava grávida de dois ou três meses. Casaram primeiro por registo e, depois, é que fizeram o casamento cigano, “a festa”.

Na tentativa de explicar a gravidez da filha antes do casamento, o pai de Maria confessa que o ritual de virgindade “dá para contornar”, pagando a idosa que o faz, para assim se calar. E, acrescenta ainda, que ele consegue logo ver se uma mulher é virgem ou não é, concluindo que “a mulher quando não é virgem anda diferente”.

As conversas mudam rapidamente de tema, todas as vozes sobrepostas umas às outras, cada uma tentando ser ouvida.

Sofia fala sobre a formação com Maria, que entusiasmada vai fazendo perguntas sobre a mesma. Parece decidida a ir, pergunta quanto vai ganhar. Serão seis euros por dia. Sem questionar muito mais, Maria acede e exprime sorrindo “sempre é uma ajudinha com o dinheiro”.

Manuel convida-me a sentar, beber e fumar junto a ele e ao sogro. Enquanto Sofia continua na conversa com Maria Clara, recuso a oferta, mas acedo a eles e insisto na nossa conversa. O pai de Maria fala muito, mas tenho bastantes dificuldades em entendê-lo. Pergunto-lhe se sempre viveu no bairro, acede que sim, confessando que tem as filhas casadas a viverem ali e que quer estar próximo delas, “são as melhores coisas”. Revela ainda que vende cavalos e carros, não no bairro, só fora, principalmente em Espanha.

Manuel e Maria convidam Deolinda para o aniversário do filho mais novo, irá se realizar no próximo mês, com um sorriso meigo no rosto Maria diz que também posso ir.

Ao sairmos da casa de Manuel, comento com Sofia as minhas dificuldades em acompanhar e entender a conversa do pai de Maria Clara. Sofia identifica estas dificuldades na comunicação como “falhas de dicção” e assinala-as como característica comum aos ciganos do bairro, as quais, define como problemas de consanguinidade.

Voltamos à rua onde se estão a realizar as atividades. Quando chegamos, temos todo o material arrumado e os outros monitores já estão à nossa espera para voltarmos para o Centro. Poucas crianças participaram nas atividades do dia, talvez, entre cinco crianças. Uma que faltou à escola, mais dois adolescentes e um, ou outro miúdo, que passou. A atividade era pintar um desenho imprimido em papel A4 ou fazer palavras cruzadas.

Ao mesmo tempo, começam a chegar as crianças da escola, mas há uma reunião/convívio no Centro e temos de terminar por hoje.

.....



Figura 5 "Largo Central", 2024

Sigo de imediato para o bairro, depois de Catarina e Laura me indicarem qual a melhor rua para nos encontramos, a “rua da casa da Anabela”. Não sei quem é, por isso não adianta. Hoje Sofia não está, quem fará as atividades é a estagiária da universidade e a psicóloga/técnica do Centro. No

meu carro, sigo sozinha até ao bairro. Pela estrada de acesso à fábrica, dirijo-me às casas.

Vejo de imediato um grupo de pessoas e crianças na rua, viradas para o campo a conversar. Muita gente dispersa. Homens em círculo conversam entre si, outros, crianças e adultos circulam pela rua. Avisto um velhote com chapéu na cabeça, sentado num resto de troços do antigo muro. Cabelo comprido e barba branca, está todo vestido de preto. Mais afastado do grupo, outro homem fuma um cigarro e uma mulher anda de um lado para outro e para cá, parecendo atarefada.

Tento concentrar o olhar para me introduzir na multidão espalhada pela rua e poder conversar. Paro o carro e estaciono. Perguntam-me se estou à procura de alguém ou se preciso de alguma ajuda. “Estou com as raparigas do Centro”, digo. Como concordando, acenam com a cabeça e ignoram-me.

Vou em direção às pessoas que estão mais afastadas do grupo, o homem, a mulher e o velhote. Júlia sorridente, vestida com a sua saia comprida e cabelo apanhado, terá à volta de cinquenta anos, é a primeira que põe conversa comigo e que me dá atenção. Vou conversando com ela.

Afirma que sempre viveu no bairro, apontando para uma das casas. Aparece a sua filha, não tem mais de dezasseis anos, acercando-se a nós. Vem com ar altivo, interpelando a nossa conversa para me

perguntar quem sou e o que faço ali. Júlia diz-me que a filha “já casou, já saiu”. Vive numa barraca na ponta da rua, junto à casa de alvenaria de Júlia, frente ao descampado e junto à estrada de acesso à fábrica.

O homem que fumava o cigarro quando cheguei, junta-se a nós. Estamos de pé, soltamente, a conversar. Ao nosso lado o velhote sentado. Reitero, uma vez mais, desde quando vivem no bairro, respondem-me que “desde sempre”. Pergunto a quantidade de anos, respondem-me “ah, não sei. Há trinta anos. Já tem muito tempo”. Retifico que isso são muitos anos, pois o bairro foi construído em dois mil e seis. Desta feita, retificam-me a mim, “ah, acho que mais, em dois mil e três”, expressando-se como se fosse uma enorme diferença de tempo.

Introduzo um tema que me interessa, as eleições legislativas realizadas no dia anterior. Neste momento, já tenho muitas crianças à minha volta fazendo tentativas para me abordar, para cá e para lá, vão aparecendo e desaparecendo. Esta é também a dinâmica da filha de Júlia, que, de repente, aparece junto a nós fazendo pequenos comentários à nossa conversa, para logo desaparecer em direção à sua barraca de porta sempre aberta.

Manifesto assim, se foram votar no dia anterior. Júlia e o homem dizem prontamente que sim e, sem demora, procuram saber quem ganhou. Digo quem foi e acrescento que a extrema-direita voltou a crescer e isso é muito preocupante para todos nós, principalmente, para os ciganos. Objetam o meu comentário no sentido de o atenuar, ficou em terceiro lugar, mas não ganhou. Júlia diz-me que votou “nos nossos”, expressa “no PS”.

O velhote que continuou sentado, mas relativamente próximo e a ouvir a conversa, às tantas também interessado no tema, pergunta-nos quem ganhou “se foi os que fazem o V (faz o gesto com a mão). Aproximo-me então de Francisco José, baixando-me para ficar à sua altura. Tem setenta e um anos, vive numa das barracas atrás das ruas das casas com um filho e “mais a velhota”. Gesticula com a mão, “lá para trás”. Nasceu em Beja e andou sempre por aqueles lados, antes “vivia por ali”. Questiono-o se ainda se lembra do muro, responde “partiram isto tudo. Havia um portão, entrava-se e saía-se por lá”. “E o que acha de terem construído o muro, Sr. Francisco?”, diz “achava bem, por causa “aqui disto””, aponta para as crianças.

Pergunto-lhe sobre as condições em que vive, as condições das casas, “não são boas, mas melhor do que estar na rua”. Tem uma expressão de uma pessoa que se acostumou ao que vida lhe impôs. “E como faz com a água Sr., Francisco?”, responde “vamos buscar à torneira”. Viveu também em Cuba e trabalhou por lá, nos “cílios”, “tá a ver aquelas torres quando sai do bairro, era como isso”. “Foi empregado das obras”, mas também fez “apanha do tomate, da azeitona”, e em relação ao tempo que viveu em Cuba, enquanto lá trabalhava, responde “tive lá muito tempo, para aí uns oito meses”.

Vem chegando um carro com um casal de meia-idade, aparentemente não são do bairro, vem vender alguma coisa. Vejo Júlia, com dinheiro na mão a aproximar-se e a pegar uma manta empacotada

dentro de um saco. Apenas os vejo de lado, não lhes dou atenção. Mas, imediatamente, este homem aproxima-se de mim e do Sr. Francisco e fiscaliza quem eu sou e o que estou a fazer. Entretanto, a minha permanência, varia entre estar a trabalhar no Centro ou a fazer um trabalho para a escola, havendo já uma mistura de informações. Tenho sido sempre chamada de professora nas minhas idas ao bairro quando acompanhada pelos técnicos sociais do Centro, por mais que diga o meu nome às crianças. Isto pode ser observado em contraste com as palavras de Cecília, que chama de “Doutoras” às técnicas responsáveis do RSI. Sofia já me teria alertado, sorrindo, disse-me “ah aqui és professora. Eles chamam a toda a gente professora”.

Com a música bem alta vem chegando outro carro, desta vez, o marido de Júlia. Pára o carro ao nosso lado, meu e do Sr. Francisco, interrompendo de imediato a nossa conversa. Espalhafatoso e barulhento, acaba por interromper a conversa e, forçosamente, terminá-la. Introduzindo, com a sua presença, uma dinâmica agitada ao ambiente antes calmo, sai do carro e aproxima-se. Continua a perguntar quem sou. Diz-me que “mora lá em cima, ao pé de Lisboa” e “é veterinário de animais”. Sr. Francisco diz que ele está a brincar, “está a mangar”, repetindo algumas vezes, como se a desculpar das intromissões do homem.

Agora, ao meu lado, tenho Maria Eduarda que tem à volta de doze anos. Desde a conversa com o Sr. Francisco, tem estado junto a mim. O marido de Júlia, que agora faz questão de mostrar os seus cães presos em casotas em frente da rua, orgulhoso vai-me dizendo o nome deles: “arroz”, “batata” (etc.). Maria Eduarda também me tenta mostrar outros cães, que estão mais escondidos no meio das ervas do descampado. Ao mesmo tempo que tento meter conversa com o seu pai, que anda por ali às voltas. António veio para o bairro, entregaram-lhe a casa. Diz que tem boas condições, a filha interrompe para acrescentar que “têm tudo. água fria, água quente, casa de banho, “máquina” de lavar, televisão”.

Entretanto, a conversa volta-se novamente para o marido de Júlia. Sempre ao telefone em aparente chamadas de negócios, impõe as dinâmicas num grupo cada vez menor. Pergunto-lhe também, se foi votar. Diz-me que sim e adianta “o Zé Ventura não ganhou. Quem ganhou foi o PNC. Mas ainda não sabem os votos todos”. António concorda, diz que não foi votar porque esteve num casamento em Beja.

Rapidamente a conversa é interrompida por uma mulher que se vem aproximando. Pele marcada e morena, está vestida toda de preto. Saia comprida, sapatos, casaco e toca na cabeça com um véu comprido preto por cima. Aproxima-se à janela do carro onde está o marido de Júlia, vem com um olhar curioso em relação a mim. Digo-lhe quem sou e o que estou ali estou a fazer.

Travo conversa com ela e Amélia deixa-me ficar junto dela. Falamos sobre o bairro e sobre as condições das casas, “chove lá dentro”. Pergunto pelas atenções da Câmara, Amélia diz que “Não querem saber. Querem que a gente pague rendas, como? Se não temos nada. Nem água, nem luz”.

Conta-me que antes vivia numa barraca “por aí”, tal como o Sr. Francisco. Diz-me que tem sessenta e oito anos, mas fica pensativa.

Senta-se nos restos do muro, que faz um género de poial. Sento-me ao seu lado. Temos o descampado em frente a nós, cavalos e carroças completam o cenário, lá à frente a estrada. No carro o marido de Júlia ao telefone, por trás de nós a rua e a barraca da filha de Júlia, que vai metendo conversa, “tenho tanto frio”, “quatro da tarde e ainda não almocei”, para logo se retirar.

Júlia senta-se ao lado de Amélia com uma criança de três anos no colo, quando lhe pergunto se é sua filha, fica espantada e responde de imediato “nan, é neta”.



Figura 6 Frente do bairro e a vista para a cidade, 2024

Dois rapazotes dos seus treze anos também se aproximam, metem conversa comigo. Começam por perguntar se quero vender o meu carro, brinco com eles e alinhio na sua conversa. O mais velho, Silvestre, quando lhe faço perguntas sorri timidamente e inventa as respostas, “tenho dezoito anos”, é o mais novo que o vai desmentido. Tal como eu fiz a outros, fazem-me eles agora várias perguntas. Perguntam onde moro, de quem é a minha casa, “é sua? É da Câmara?”, se quero vender o meu carro. Apontam os dois para o fim da rua onde está um BW estacionado, pedindo-me para imaginar o valor daquele carro. Oferecem-me cigarros, tal como Manuel quando estive na sua casa.

Viro-me para a conversa entre Amélia e Júlia que estão entre cochichos sobre o que se passa ao redor, quem passa e sobre a moça “lá atrás” que reclama junto a uma das casas. O miúdo mais velho, Silvestre senta-se no meio das mulheres. Continua com as suas perguntas, interrompendo a conversa das mulheres e, também, a que tento estabelecer com elas.

Silvestre fala para mim, estamos num círculo, todos ouvem. Pergunta se sou casada. Devido à insistência, a conversa inevitavelmente toma o rumo da pergunta de Silvestre. Digo que não. Amélia intervêm, “tem que casar, é melhor”. “Porquê?”, riu-me. Silvestre insiste várias vezes, até lhe dar atenção, “não é casada porquê?”. Digo, em tom de brincadeira, “temos de nos apaixonar primeiro, para depois casar”, olho para Amélia e pergunto-lhe se assim é. Amélia responde, “pois. Temos de se apaixonar e casar, é a lei cigana”. Pergunto-lhe como fazem na lei cigana, Amélia adianta, “é juntar com um homem, como a lei cigana”. Silvestre continua e insiste, “casar, ter filhos, ser avó”, tentando me aliciar para as vantagens do casamento e o que estaria a perder. Amélia concorda e vai acenando que sim com a cabeça e, também ela, faz os seus reparos perante a minha condição, “junte-se. Se bater alguém à porta é juntar-se. Ser mãe, depois já não pode ser”. Silvestre apoia Amélia e interpela, com

carinha piedosa, “ter sogro, ter sogra, cunhados, cunhadas”. Silvestre expressa pelas suas palavras alguém com lástima pela minha condição.

Mantêm os dois os mesmos argumentos e força nas afirmações. A mulher mais velha e em luto por alguém, mostra como estou a “perder uma companhia”, aproximando-se à perda e solidão. Do outro lado, Silvestre, que insiste no sonho da família, com a sua carinha e palavras complacentes tenta demonstrar o que estou a perder: a família, o conjunto, a quantidade dos elementos, obtidos através de casamento. Velho e novo representando o mesmo: a família.

Avisam-me que Catarina e Laura estão a arrumar as coisas para se irem embora, vou ter com elas. Vão fazer ainda outra atividade mais acima, digo que as acompanho. Elas vão de carro, eu decido ir a pé acompanhada pelas filhas de Olívia e uma das amigas. Cumprimento Júlia e Amélia e sigo para o largo central, junto à entrada do bairro.

A carrinha já está estacionada quando chego, o mesmo ritual, retirar a mesa e montar. Pergunto o que está proposto para fazer, Catarina responde “é votar. Ontem foi dia de votos”. Ficamos as três à espera de que cheguem crianças para a atividade. Ao lado, Thalita, a irmã e Violeta vão interpelando com conversas. Já fizeram as atividades na outra rua, parecem agora pouco interessadas em fazê-las novamente. Aproximam-me mais três criancinhas, têm entre dois e quatro anos, parecem com vontade de querer participar. Observam-nos, Catarina insiste com elas para irem “chamar mais meninos”. Acrescenta, após a minha pergunta, que estas não podem participar, só a partir dos seis anos e até aos vinte e cinco, remedeia, “é assim. São as diretrizes do Projeto”.

Durante muito pouco tempo, as crianças obedecem correndo de um lado ao outro.

Finalmente aparece alguém, é um dos rapazes, o mais novo, que esteve comigo e as mulheres. É o único a fazer a atividade em representação às eleições do dia anterior. Faz um jogo com perguntas do género: “família ou trabalho”, “escola ou casar” e, consoante, o voto marca com um X o quadradinho.

As outras miúdas ficam a olhar, não podem participar. Ao lado, sobre a calçada de uma das ruas alcatroadas, sentados no chão e outros de pé, um grande grupo de homens jogam a algo. Carros passam, carroças com famílias também. Grupos de pessoas à porta das barracas, pessoas e crianças andam de um lado ao outro. Há uma oscilação constante de movimentos no bairro, entre a aparente calma. Vejo Amélia a passar em direção a alguma barraca. Vejo também ao longe Maria Clara sentada à porta de casa com o filho bebé ao colo, vigiando as filhas e a irmã e acompanhando a nossa presença com o olhar. Faço-lhe adeus, retribui com um sorriso. Nenhum adulto se aproxima, somos ignorados por todos.

Passamos vinte minutos e damos a atividade por terminada. Houve apenas um participante. Desmonta-se a mesa e arruma-se o material novamente na carrinha. Chegam duas meninas que

costumam participar no Projeto, vêm juntas como sempre, querem assinar a folha de presença na atividade.

Acompanham-me ao carro, vão me fazendo perguntas. Idade, casamento, filhos. Tem doze anos, uma delas está no 6º ano a outra no 3º ano. Pergunto se costumam participar nas atividades no outro projeto (nos contentores). Dizem-me que não vão lá para cima, os pais não deixam, “andam muitos moços por lá, têm medo de que nos roubem”, sorriu, “é verdade. É como fazem os ciganos”.

Desejam-me boa viagem, agradeço e digo-lhes que vou chegar de noite. Aconselham-me a abrir o vidro e apanhar ar.

.....

A relevância dos agentes sociais torna-se bastante evidente ao atuarem nos territórios, neste caso, destacado especialmente, na relação estabelecida entre a coordenadora do projeto e as crianças. Esta proximidade manifesta-se nos gestos consideráveis de carinho que recebe, nas dedicatórias feitas para si e, pela frequência com que o seu nome é mencionado em sua ausência, sugerindo que a sua presença tem um impacto singular no desenvolvimento das atividades. Como destacado no Lopes, et al. (2017) “suscitando a impressão de que se fosse outro que estivesse no lugar deles, o desempenho ou o resultado seriam diferentes” (p.275). Este papel evidencia a importância das características individuais dos atores, destaca a influência que exercem ao garantir o diálogo entre as partes, por exemplo em ações de mediação, fundamentais para apaziguar conflitos, fortalecendo assim a relação entre as instituições e as comunidades.

Sofia expressa que hoje tem de ir falar com “algumas”, que não estão a ir à escola. Foram notificados pelas técnicas da escola sobre a ausência prolongada de alguns alunos do bairro. Pergunto-



Figura 7 Noroeste do bairro, 2024

lhe se são só raparigas, “não, também são moços”.

Entramos pelo largo central do bairro, Sofia vai olhando atentamente. De repente, manda parar a carrinha, viu alguém. Decidida diz, “vou já falar com ela”. Recomenda a seguirem com a carrinha, que nós depois iremos a pé. Miguel que vem conduzindo, intervêm e pergunta-lhe se quer que ele vá com ela. Não lhe responde, mas ele insiste e avisa-a que já ali vai ter, “é melhor”. Os outros seguem para as atividades na tal rua.

O cenário do bairro é quase o mesmo do outro dia. Um grupo de homens do lado direito, sentados no chão de cimento em frente às casas de alvenaria, a jogar. De frente para o largo, as duas casas e as barracas estão fechadas, aparentemente as famílias estão fora. Contudo, as barracas do lado esquerdo, junto à estrada de terra, que sobe para a parte de cima do bairro está um pouco mais agitado. Tal como

nas outras semanas, um aglomerado de pessoas sentadas em frente às barracas. Esta semana, em menor quantidade, estão umas quatro mulheres sentadas.

Dirigimo-nos à barraca pretendida, está do lado esquerdo do antigo portão, na linha do muro. A barraca distingue-se por um recanto que perfaz um pequenito quintal/alpendre partilhado com mais duas caravanas.

À porta da barraca encontramos a rapariga. Está varrendo a casa, cuidadosamente vai juntando o lixo numa pá de latão. Aparenta não ter mais de dezasseis anos, piercing no lábio inferior da boca, muito magrinha e já sem alguns dentes. Assim, que nos dirigimos para lá, mais duas raparigas se aproximam. Uma menina das mesmas idades, piercing também nos lábios, cabelos pintados de loiro, vem comendo um gelado. Outra morena, talvez um pouco mais velha, também se aproxima. As conversas são cruzadas.

Sofia chama-a a atenção a nossa “suspeita” pelas faltas ao curso, em tom de brincadeira e a rir, cautelosamente, negoceia “atão não vais porquê? Tens de ir. Já faltaste não sei quantos dias. Assim perdes (indecifrável). Vá, agora, tens de ir, pelo menos, na próxima quinta e sexta”, tenta-a convencer. Todas falam ao mesmo tempo. Tento entender porque falta: não tens autocarros? A que horas começam as aulas? As outras respondem por ela: “tem”. Entre as conversas interrompidas por outros assuntos, Sofia vai falando com elas e respondendo ao que lhe perguntam. A loira pergunta-lhe se ela pintou o cabelo. A miúda faz contas aos dias. “Quinta? Sexta? Vamos festejar a Páscoa”. Sofia avisa-a que ainda falta tempo para a Páscoa e fá-la prometer que, antes disso, vai às aulas. Responde que sim, depois de fazer as contas de quando seria quinta e sexta. As amigas avisam-na também.

Entretanto, chega a sogra da rapariga. Sofia aproxima-se dela para lhe explicar que a nora tem de ir ao curso. A sogra tenta justificar o motivo das faltas: “como vai? Ela é casada. Tem de cuidar do marido, da casa”. A miúda ri-se, como fez desde o início da conversa.

Do outro lado da estrada de terra, continuam as quatro mulheres sentadas. Uma delas, um pouco mais afastada, corta feijão verde para dentro de um recipiente, colocado em cima de uma mesa de cimento em frente à sua barraca. Três metros à frente estão as outras três mulheres sentadas, avisto que vem chegando outra com o filho ao colo. Muitas crianças à volta.

Chamam Sofia, ao mesmo tempo, que vem chegando Miguel a pé. Alguém fez uma queixa na CPCJ sobre uma das crianças, “não sabem quem foi, é anónima”. Começam as ameaças. Acusam explicitamente um técnic(e), “tirou fotografias e tudo”. Várias acusações e ameaças, ao mesmo tempo, que justificam a ação da criança, “estava na festa, tirou um bolo”, “é uma criança”.

Sofia tenta acalmá-las, diz que não sabe de nada. Explica-lhes em quais casos a CPCJ poder retirar crianças aos pais e, acrescenta, isso só acontece em casos extremos. As vozes misturam-se, falam alto. Está um homem também presente. O clima está tenso. Miguel repete, várias vezes, “desde logo,

garanto-lhe que não é ninguém daqui”. Sente-se tensão no ar. Estão zangadas, fazem ameaças explícitas. O alarido chama mais gente que se aproxima.

Sofia mantém a postura, tenta acalmá-las, apaziguando a situação tentando explicar. Pede que “não acusem (e) moç(e) sem saber”, tenta rir. Mas sinto-a nervosa.

Sáímos dali, para continuar a nossa “missão”. Vamos caminhando pelo largo. Miguel diz que “ainda bem” que está com Sofia.

Seguimos, para encontrar as outras crianças/adolescentes que estão com faltas na escola. Passamos na rua, em frente à casa de Maria Clara. Está do lado de fora, sentada junto a uma mesa, os pratos do almoço deixam ver os restos da comida recente. Está sentada com o filho bebé no colo. Pergunto se o filho já fez anos, responde que é só para o mês que vêm. Está sozinha, está menos sorridente e mais taciturna. A outra filha pequenita, com dois anos, aproxima-se.

Sofia e Miguel afastam-se, ela chama-me, “queria-lhe perguntar se não me pode dar uma ajuda”. Tento desviar a conversa para não me enredar na situação. Pergunto-lhe se já começou a formação. Ela diz: “qual formação?”, eu: “a que ias fazer.” Ela: “ainda não sei de nada”.

Maria Clara, nas outras vezes sorridente e meiga, hoje está sensivelmente mais abatida. Agora, também ela a completar o quadro da tensão geral do dia. No primeiro encontro, onde Sofia lhe oferece a possibilidade da formação, ela responde entusiasmadamente que sim e diz imediatamente “é uma ajudinha com o dinheiro” (6 euros diários). Maria expressa uma preocupação efetiva pelas dificuldades económicas, tenta por maneiras diferentes cobrir a lacuna económica: seja a pedir dinheiro ou frequentar uma formação, mesmo ganhando miseravelmente por cada dia.

Sigo com eles, já estão um pouco mais à frente. Ao longe, pessoas dentro de um carro que acabam de chegar ao bairro, chamam ao longe por Sofia. Esta diz que já lá vai falar. Damos mais uns passos até à casa de alguém, que não está. Retornamos até à barraca da família que passou de carro. Se continuarmos a descer esta rua, atrás da casa de Maria, existem mais um entremeado de várias barracas escondidas que se estendem até ao final do descampado.

É a família da criança. Voltam a repetir as mesmas queixas em relação à denúncia anónima. O pai sentado à porta, a mãe de pé, têm entre os trinta e os quarenta anos. Aproxima-se também a mulher de negro, mais um homem e outro rapaz. Esta família tem mais que uma filha, mas a denúncia foi só sobre uma das crianças. Voltam a acusar a mesma pessoa, a repetir o que aconteceu. Sofia volta à mesma explicação. E, Miguel também. Embora o ambiente seja mais ou menos idêntico do que há pouco, há um ligeiro diminuir de tensão deste lado. Estão mais calmos, falam ligeiramente mais baixo, menos ameaças e mais cuidadosos na forma de falar. E, dá a sensação que Sofia terá um pouco mais à vontade com esta família do que com as outras mulheres. Sobre as fotografias, Sofia expressa que “eles” também tiram fotografias às crianças, mas para os álbuns do Centro Social ou, então, para colocar nas redes sociais e, só tiram, quando estão a fazer as atividades.

Reparo na casa de Maria Clara, está na nossa lateral, o seu “lava-loiças” composto por alguidares, que não vi no interior da barraca, está ao lado da parede da porta, na rua.

Seguimos novamente, desta vez até à última e maior rua do bairro. Casas de alvenaria com portas viradas para a planície. Algumas barracas construídas na frente, embora poucas. É um dos limites do bairro. Espalhados pelo campo estão carroças, utensílios e restos de materiais (placas, pneus, lixo em geral). Estas casas estão todas separadas por pequenos muritos da altura de um tijolo, arames, uns paus. Alpendres que criam pequenas divisões que formam pequenitos adiantamentos, o que em termos visuais, a torna maior que as casas de outras ruas.

Sofia vai falar com um rapaz. Ele está no meio do campo a fazer uma queimada. Sofia chama-o: “já não vais à escola?”, ele: “Não. Já fiz dezoito anos”, Sofia: “A X pede que vás anular a matrícula”.

Aproxima-se Elisa, abraça Sofia e assim se deixa ficar. Quer que Sofia vá falar com a mãe. Vamos passar à sua porta, antes de cruzarmos a sua casa, pede a Sofia que peça à mãe para a deixar ir ao “Got Talent” este domingo, uma viagem organizada pelo Centro. A mãe fica de pensar e decidir.

Seguimos para a rua onde está Catarina e Laura, é a rua de sempre. Hoje só têm os bancos para as crianças trabalharem, a mesa está estragada. Estão três ou quatro miúdos, entre os seis anos. Quando passamos, começam a chegar mais crianças da escola. Sofia pergunta se querem fazer as atividades “lá em cima” (no largo), Catarina dá uma explicação qualquer.

Prosseguimos nós os três. Levamos um dos bancos, o outro fica deste lado, folhas impressas com pinturas e perguntas sobre o Dia do Pai, canetas e alguns lápis de cor.

Vamos fazer as atividades, ao lado de uma das barracas centrais, em frente para o largo. É a primeira vez que estamos aqui, estamos próximos à linha de barracas da família da criança da denúncia.



Figura 8 Atividades do Projeto Shave E9G, 2024

(fotografia publicada por *Shave Escolhas*)

As miúdas da casa ao lado juntam-se logo à atividade, tem entre os dez e os treze anos. E, na falta de bancos, emprestam algumas cadeiras para se poderem sentar. As irmãs afetadas pela denúncia também vêm fazer a atividade, outras crianças aproximam-se. Este grupo de crianças é diferente dos outros dias. Estamos próximos de outra zona e as crianças que costumam fazer as atividades, não estão. Todos falam ao mesmo tempo: “ajude-me”, “veja lá isto”, “o que é que falta?”. O espaço para trabalhar é um banco corrido, é a nossa “mesa”. Cabem no máximo três adultos sentados neste banco e devido a isso, quem consegue escreve em cima do banco, ou então, em cima das pernas sentados no chão. As raparigas parecendo mais interessadas em fazer a atividade do que os rapazes, algumas orgulhosas, mas tímidas, vão entregar ao pai o que acabaram de fazer.

Reparo que muitas destas meninas têm piercings junto ao lábio inferior da cara. Uma delas com umas grandes argolas douradas nas orelhas, diz-me que fez o piercing quando tinha oito anos, tem agora treze e frequenta o 5ºano.



Figura 9 Atividades do Projeto Shave E9G, 2024

(fotografia publicada por *Shave Escolhas*)

Mesmo muito próximo de nós, praticamente pegados, um grupo de homens sentados convivem entre si. Não nos ligam durante a atividade.

Está na hora de irmos embora, Miguel vai chamar o outro grupo e nós ficamos a arrumar o material. Comento com Sofia sobre o ambiente geral do dia de hoje, responde dizendo-me que sempre diz às pessoas do bairro, “somos as maiores e as melhores, quando acontece alguma coisa, do nada, já não prestamos para nada. É logo isto.”

.....

O bairro está mais vazio esta semana. O calor da primavera vem chegando e sente-se forte àquela hora, são 15:30h. Mas, com certeza, estão menos pessoas no bairro. Barracas fechadas e quase ninguém pelas ruas. É visível a falta de agitação geral, as crianças a correrem de um lado ao outro, mulheres e homens para lá e para cá, muitas casas estão fechadas.

Estacionamos a carrinha e vamos chamar as crianças, como não vem ao nosso encontro, vamos nós ao encontro delas. Esta semana estou só com a Catarina e David, técnica e monitor. Dirigimo-nos diretamente a três casas, onde vivem as crianças que costumam participar, para chamá-los para as atividades.

Passamos na casa de irmã de Miguel, está a lavar a loiça. A filha Lívia, de doze anos, está de vassoura na mão. Catarina pede à mãe que a deixe ir fazer as atividades, Cecília concorda sem hesitar, mas na condição de Lívia terminar o que está a fazer. Espreito a casa por dentro, entre os corpos na porta, na cozinha/sala veja a “famosa” lareira intacta, a qual tantas vezes ouvi falar ao longo deste tempo. Como um dos pormenores projetados propositadamente na estrutura das habitações, aquando do realojamento, como forma de agradecer os modos de vida ciganos.

Passamos também na casa de Olívia, acabou de chegar de carro com o marido. A filha Violeta fez seis anos há poucos dias e, isso significa, que já pode fazer as atividades tal como indicado pelas diretrizes do Projeto. Todos ficamos contentes, festejamos, nós os três, ela e a irmã mais velha. Agora com seis anos feitos, poderá começar a frequentar sem restrições as atividades.

Olho para dentro de casa, Olívia está sentada no sofá a amamentar o filho mais pequeno, com a cabeça baixa e a mão na cara. Parece preocupada e, quase nem dá pela nossa presença, está com uma idosa toda vestida de preto ao lado. As compras que acabou de tirar do carro, ainda estão à porta de casa.

A missão seguinte foi tentar encontrar Floriano, que anda desaparecido há algum tempo. David está convencido que o acabou de o ver a passar. Joga no Clube Escolhas e, segundo David, treinador da equipa, é um miúdo com muito talento. Supostamente, Floriano está fora com a família e, é esse o motivo, porque já há alguns meses não aparece nos treinos. Passamos na casa da família, está fechada. Passamos em algumas barracas, mais ao fundo no bairro e vamos perguntando se alguém o viu, todos dizem que não sabem nada.

Passamos no meio de uns ferros, que antes serviam uma baliza, David recorda os tempos que a usavam. Mostra-me agora, como já ali construíram barracas novas e, como não tem condições para treinar no bairro com as crianças, sendo só possível fazê-lo no Bairro da Esperança onde há um campo de futebol.

Pára para falar com um rapaz, também este antigo jogador do Clube Escolhas, que entre a conversa se oferece para vender um carro a David. Este brinca, nem carta ainda tem.

Seguimos para iniciar as atividades. As crianças começam a chegar da escola, por isso, desistimos de procurar Floriano. Estará escondido pelos seus motivos, talvez seja pela escola ou pela família.

A atividade é sobre o dia do Beijo, formando-se duas equipas que se posicionam em fila. O objetivo é acertar num pin (de desporto) com uma tampa da garrafa de plástico e fazer “cesto”. Quem não acertar, terá uma consequência, que será dar um “beijinho” a uma criança à sua escolha, após tirar um papel que revelará o sítio (bochecha, orelha, olhos, etc).

Enquanto se realiza a atividade, Catarina vai tirando umas fotografias no momento do “beijinho”. – *O registo das atividades em páginas web e as fotografias tiradas por telemóveis pessoais em cada visita ao bairro torna-se uma prática recorrente. Os agentes ao sentirem-se escrutinados adotam estratégias para evidenciar o seu trabalho (Lopes et al, 2017).*



Figura 10 Convívio, 2024

Aparecem Lúcia e Celeste, de doze a treze anos. Assinam as folhas de presença enquanto vou sugerindo que se juntem à atividade. Não querem, recusam. Os outros miúdos têm entre os seis e os onze anos. De repente, a atividade é “cancelada” por Catarina. Segundo esta, eles não estão a respeitar as regras e nem a ouvi-la. Embora, o plano de atividades para aquela tarde, incluísse também outras tarefas, como pintar/tabuadas (etc.), a atividade é assim dada como terminada.

Arrumamos o material, vamos embora. Esperamos dentro da carrinha pelo filho de Olívia e outro miúdo, vão ter ainda treino no Clube Escolhas.

3.2. As Instituições

Esta secção centra-se na análise dos órgãos institucionais e dos atores sociais responsáveis pela implementação das políticas de integração.

Ao analisar estas entidades percebe-se que a politização da diversidade gera um processo, que sob o paradigma da “coesão social” e do reforço do “diálogo intercultural”, acaba por reforçar fronteiras. Enquanto, por um lado, sustenta a ideia de homogeneidade da maioria nacional e determina os etnicamente marcados (Sayyid, 2017), por outro lado, converte o racismo num fenómeno pouco reconhecido, assim como as próprias estruturas políticas que perpetuam a condição de exclusão destes grupos (Araújo & Maeso, 2017).

A análise desenvolve-se em duas partes: a primeira, baseada no diário de campo e reúne as observações realizadas no Centro Social; a segunda, a partir de entrevistas realizadas com agentes sociais, concluindo com uma compreensão mais aprofundada destas premissas.



Figura 11 Bairro da Esperança, 2024

O Bairro da Esperança vislumbra-se a partir de uma extensão de área que compreende uma fusão entre armazéns indústrias, sede de empresas edificadas em armazéns de grandes dimensões e as casas habitacionais de quem lá vive. Considerando apenas as moradias, pode ser classificado como um bairro pequeno, não ultrapassando um ou dois quarteirões, dividido em pequenas ruas. No entanto, a sua localização dentro da zona industrial da cidade confere-lhe uma dimensão relativamente grande. Situado na periferia urbana, o Bairro da Esperança é classificado pelas técnicas sociais como um espaço habitado por uma “mistura” de residentes, entre ciganos e não-ciganos.

Após passar por indústrias de setor alimentar “mainstream”, encontra-se, logo na entrada do bairro, o Centro Social. Com um aspeto exterior consumido pelos anos, isso não impede que o seu interior albergue um aspeto cuidado e organizado. Todas as pequenas divisões, distribuídas por pequenas secções, incluem, junto à receção, um espaço para administração, uma cozinha, sala de refeições e mais duas salas multidisciplinares destinadas aos trabalhos com a comunidade.



Figura 12 Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança, 2024

Foi a partir deste local que se estabeleceram as idas e vindas do Centro até ao Bairro das Pedreiras (e vice-versa), mas também, reuniões institucionais entre entidades sobre o Projeto Shave, relacionadas com as comunidades ciganas da cidade. Também ali ocorreram encontros musicais espontâneos entre monitores e estagiários, os almoços e outras atividades auferidas ao dia-a-dia do projeto.

3.2.1. O Centro

É de manhã, cheguei uma hora antes da reunião marcada no Centro. Até que cheguem os representantes das outras entidades, a sala começa a ser organizada. Uma mesa retangular é colocada em frente a um placar, onde se irá expor uma apresentação em PowerPoint. Colocadas, atrás da mesa, as cadeiras irão permitir que todos estejam em linha virados para tela onde se irá desenvolver a apresentação.

A parceria em rede estabelecida para o Projeto Shave compreende um total de doze entidades da região, com uma funcionalidade de apoio e trabalho conjunto que é dirigido no sentido de cobrir os problemas que vão sendo definidos e sinalizados como mais críticos e como suporte social para as comunidades. Intermitentemente, vão chegando os atores institucionais representantes das entidades, que irão estar presentes para a reunião de consórcio.

Paralelamente à mesa, assisto à reunião. À minha frente, do outro lado da mesa, estão dois monitores do Projeto, mais três estagiários, um da universidade, outros, de cursos de formação. Sentados na mesa, oito atores institucionais. Quatro deles pertencem ao Centro Social da Esperança, dois trabalham exclusivamente com o Projeto Shave. De fora, representando outros projetos institucionais da cidade, vieram quatro pessoas. Dois Técnicos Sociais de escolas, um Técnico Social da Cáritas e mais um Técnico Social da Rede Anti-Pobreza. Todos presentes, dá-se início à sessão.

A apresentação é feita por Sofia, a coordenadora do Projeto. Recorre os slides, que deixam de funcionar pouco tempo após o início da apresentação. Discursa sobre os eventos que o Projeto Shave vem realizando ao longo dos meses, nas várias freguesias que incorpora. Difunde uma apresentação, detalhada, do plano anual, onde destaca algumas atividades: o “Ensino à distância”, frequentado por alunas ciganas; o Natal encantado, realizado juntamente com a Cáritas, e considerado por ambos um evento de “sucesso”; Clube Escolhas, o futebol; a distribuição de lanches; e, por aí fora.

Salienta as iniciativas, mas também as dificuldades que o Projeto vem se debatendo. Sem espaço físico para trabalhar no Bairro das Pedreiras, destaca as conversas e tentativas de apoios que fizeram junto à Câmara, para reunir as condições necessárias para a acomodação. Um espaço que vem sendo prometido (ou ignorado) pelo Vereador, pelo menos, há um ano. Sofia nomeia que, no mínimo, uma autorização para o uso partilhado dos pré-fabricados já instalados no bairro, a maioria do tempo fechados, que pertencem à Câmara, parceira oficial do Projeto e ausente na reunião, tal como têm sucedido habitualmente. – *Percebe-se que os objetivos destas entidades só podem ser alcançados por meio da articulação com outras organizações. No entanto, esta articulação exige a conciliação de diferentes visões e abordagens no terreno, sejam elas divergentes ou complementares, inserindo o Estado em uma dinâmica de rede colaborativa (Lopes et al, 2017).*

Apesar do Projeto abranger vários locais onde residem famílias ciganas em Beja, a conversa incide sobretudo sobre o Bairro das Pedreiras e as vicissitudes que enfrentam sobre as multiplicidades culturais da comunidade.

Unanimidade na avaliação, todos os participantes vêm poucos avanços na comunidade. Central aos temas, está em discussão as dificuldades que enfrentam para solucionar os casamentos precoces, o abandono escolar e a consanguinidade nos casamentos. Identificados como problemas culturais e comportamentos que são difíceis de serem modificados, manifestam ainda os problemas burocráticos que enfrentam na tentativa de resolução dos mesmos. O condicionamento das leis, definidas como contraditórias, são comentadas como entraves que os incapacita nas resoluções do dia-a-dia. Uma professora de uma das escolas, dá um exemplo de um caso. Uma rapariga de quatorze anos que casou, tem agora um filho de sete meses, não a pode considerar como abandono escolar, porque a lei obriga a frequência na escola até aos dezoito anos. No entanto, a menina não vai à escola e não anula a matrícula, desta maneira, também não a pode reverter como abandono escolar, porque sendo casada não é obrigada a frequentar a escola.

A reunião começada em modos formais, situa-se agora, numa partilha de informação sobre casos ocorridos de pessoas comuns que conhecem: “o “X” saiu da aula porque tinha uma festa, um aniversário ou casamento. E para eles, isto é um motivo para sair da aula”. Outro do Técnicos fala sobre “Y”. Casou com treze anos com a prima, prometidos desde pequeninos. Avalia que, toda a família “é assim” devido aos casamentos entre primos, os elementos apresentam todos dificuldades na aprendizagem.

Há uma frustração generalizada na sala, que remata o final da reunião. Desabafam entre si sobre os desapontamentos que sentem e as dificuldades que encontram para mudar as situações e alcançar objetivos estipulados. Em tom derrotado, expressam dececionados “já não sei o que fazer”.

Uma técnica confessa-me, após a reunião, que andam “em luta”. Quando vêm uma desistência “é uma tristeza”. Refere-se sobretudo ao “roubo das raparigas” e ao casamento, o que segundo a sua

opinião, acontece porque “não os deixam namorar”. – *Conforme identificado por Maeso (2015), destaca-se a presença de um senso de “missão civilizadora” entre os agentes envolvidos nestes projetos, refletindo um compromisso que necessita ser cumprido. No entanto, este compromisso não depende apenas da atuação dos agentes, estando condicionado à participação dos indivíduos e à sua “vontade de mudar”.*

.....

Final do dia, voltamos ao Centro. Há uma nova reunião, desta vez, a cargo do Centro Social. É, na realidade, um encontro/convívio entre entidades, onde é oferecido um lanche partilhado a quem esteve presente. Chegamos no final, estão representantes da GNR, CPCJ e outras que não memorizei.

A pedido de uma das técnicas do Centro, Miguel, o monitor cigano e mais dois estagiários de cursos de escolas profissionais cantam para os convidados. Dirigindo-se a eles no final da atuação a técnica salienta, que o melhor que se faz no Centro é a integração e eles são ótimos a demonstrar, por isso, pediu para cantarem. – *É refletido por esta passagem como se enquadra a necessidade e importância de mostrar a quem está fora dos projetos, o sucesso do mesmo. Muitas vezes através de “celebrações”, mesmo que isso, incorpore uma mínima quantidade de elementos.*

.....

Assinala-se o Dia Internacional dos Ciganos. Há mudanças nos planos iniciais. O primeiro plano acerca deste dia orientava-se no sentido de realizar atividades no centro da cidade, como forma de “celebrar” a cultura cigana.

As ideias giravam em torno de expor nas ruas fotografias da comunidade cigana de Beja, fazer uma atuação musical e, talvez, até fazer um almoço convívio e aberto a toda a população.

Entretanto, devido à realização do “Escolhas de Portas Abertas”, na semana anterior que, segundo as técnicas, realizaram-se imensas atividades em ambos os bairros, determinaram assim que, neste dia, iriam fazer apenas um almoço. Organizado pela Rede Europeia Anti-Pobreza o almoço convívio será na sede desta entidade juntando, desta forma, o Dia Internacional dos Ciganos e a Semana da Interculturalidade.

Chegamos no final do almoço e já todos os que estão presentes almoçaram. A sede é pequenina e uma enorme mesa retangular ocupa todo o comprimento da sala, à volta cadeiras encostadas à parede onde estão sentados todos os convidados. Em cima da mesa, diversos pratos típicos representam as comidas tradicionais da nacionalidade de alguns dos presentes. A muamba, cachupa, arroz de funcho são algumas das comidas que estão na mesa, a última, comida tradicional cigana.

Após o almoço, a nossa chegada parece trazer um pouco de animação ao convívio. Vou com três técnicas sociais e mais dois monitores do Projeto. Para além dos portugueses na sala estão presentes

outras nacionalidades, dois noruegueses e três estudantes universitárias moçambicanas. No total seremos uns vinte e poucos elementos.

A nossa chegada refresca um pouco o ambiente, pois com a presença dos membros do Projeto há a possibilidade de cantar e tocar algumas músicas. Enquanto almoçam quem chegou no final, ao mesmo tempo, coordenam-se algumas orientações para realizar uma reportagem que irá passar em canal nacional umas horas mais tarde. São os elementos do canal televisivo, apresentador e cameramen, que vão indicando as melhores posições para se colocarem as pessoas que vão falar, para não ocorrerem enganos quando a câmara estiver ligada. Ensaia-se assim, várias vezes, as perguntas da jornalista e as respostas dos entrevistados, além da coordenação do momento musical que também irá aparecer.

Trinta minutos foram suficientes para improvisar um ensaio que, inicialmente, previa a atuação de apenas dois dos monitores do Centro, um deles guineense o outro cigano (o único na sala). No palco improvisado, ao fundo da sala, e para dar mais destaque à atuação, juntou-se toda a restante equipa do Projeto mais a mulher norueguesa com a sua flauta transversal criando assim um momento musical. O evento foi assim celebrado cantando umas canções e aparecendo na televisão. No fim da festa tiramos uma fotografia, celebrando o dia do Cigano. – *A realização de eventos públicos voltados para a “promoção da diversidade” desempenha um papel central, tal como apontam Araújo e Maeso (2017). As áreas de “conscientização” destacam-se assim como uma área-chave nas políticas de integração, definidas como medidas de combate à discriminação, que são frequentemente direcionadas para a “sensibilização” da população.*

Os critérios de avaliação do impacto destas iniciativas baseiam-se principalmente na organização de eventos, como reforça os próprios regulamentos apresentados no PII (Araújo & Maeso, 2017).

Como destacado por Maeso (2015) as consequências desta abordagem é que, por um lado, recaem na “amplificação da diferença” e, por outro lado, evidenciam que as medidas antirracistas para o combate ao racismo são traduzidas em estratégias que se reduzem à linguagem da “diversidade cultural, da interculturalidade e da diferença cultural” (p.64), dificultando a consolidação de uma política eficaz e, verdadeiramente, antirracista. Além disso, também se destaca por esta passagem que esta “celebração” acaba por ter o impacto mais simbólico do que efetivo, sendo mais importante entre entidades, como é refletido pela diminuta participação de elementos verdadeiramente representativos destas comunidades.

3.2.2. Os Atores Sociais

Conseqüentemente, enquanto decorria o trabalho de campo foram realizadas três entrevistas com funcionários institucionais que atualmente desenvolvem, ou anteriormente desenvolveram, um trabalho social junto à comunidade do Bairro das Pedreiras. Realizaram-se duas entrevistas com técnicos sociais do Centro Social e uma com um antigo funcionário de Assuntos Sociais da C.M.B.

As entrevistas foram conduzidas de forma semiestruturadas; no entanto, desde o início, as conversas tomaram um rumo informal, abrindo espaço para que cada um dos interlocutores desenvolvesse temas e aspectos que considerassem relevantes, integrando-os à conversa.

Embora reguladas por diretrizes protocolares do poder central, procurou-se compreender como, na prática, tais diretrizes são implementadas e orientadas no alinhamento das políticas públicas, a partir do discurso da integração. Mas do que isso, e sobretudo, procurou-se entender como estes funcionários institucionais encaram as suas ações no terreno.

Houve, assim, determinados pontos comuns e transversais às três conversas, que, de uma forma ou de outra, evidenciam as fronteiras simbólicas percebidas nas atuações destes agentes no terreno. Esta seção apresenta a análise dos argumentos comuns às três conversas, os quais representam não apenas as dificuldades apontadas no funcionamento dos programas de inserção, mas também a visão indicada por os atores sociais sobre o papel da integração junto à população cigana do bairro.

Os três discursos analisados destacam a integração, por meio da intervenção social - neste caso, o Programa Escolhas - como um elemento essencial para enfrentar/resolver os problemas sociais do bairro. A "integração" é assim apresentada como a principal solução para combater a exclusão, a pobreza, a marginalização, sendo considerada um fator determinante para a "mudança" da comunidade cigana do bairro. Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de um maior número de projetos e de atores sociais a intervir, com foco no desenvolvimento de competências individuais (Muñoz, 2008).

Neste contexto, os discursos deixam para segundo plano a discussão sobre as condições estruturais e decisões políticas que operam através de estruturas institucionais. Por conseguinte, acabam por reforçar uma lógica de avaliação constante às características dos grupos étnicos/raciais, focando na cultura do "outro", em vez de abordar fatores sistêmicos produtores de desigualdades (Maeso, 2015).

[...] pronto, de repente, um ano, penso que foi assim, não tiveram direito ao projeto Escolhas [...] Portanto, pior. começou-se de fato a abandonar toda intervenção daquele bairro [...] mas o fato de terem este afastamento e de estarem todos juntos e de haver alguma, algum não, muito déficit de acompanhamento técnico, potenciou depois tudo isto.

[...] Era ter sempre equipas técnicas locais [...] Era obter financiamento para fazer pagamentos a técnicos [...] Técnicos locais mesmo, técnicos locais sim. Mediadores poderiam ser sempre alguém da comunidade deles, sempre. [...] Tinha que haver ali de facto uma equipa, para já numa fase inicial. Não digo todos os dias, mas pelo menos umas três vezes na semana. A trabalhar com eles.

[...] mas se calhar muitos não sabiam viver numa casa, portanto se calhar devia ter havido um acompanhamento maior dessas famílias. [...] Não acredito que quando criaram o bairro quisessem de alguma forma escondê-los da cidade. Ou pelo menos, não quero acreditar nisso. Acho que o intuito foi bom, faltou o tal acompanhamento.

Seguindo esta perspetiva, foi solicitado aos interlocutores que expressassem o seu entendimento sobre o conceito de “integração”. Os discursos dos técnicos revelam que esta apela para a adaptação da população cigana “à norma” estabelecida, enfatizando a necessidade de mudança de comportamentos e atitudes, geralmente, interpretada a partir de um “défice cultural” (Essed & Nimako, 2006).

Esta abordagem reforça a “amplificação da diferença”, os discursos centram-se no modo de vida dos ciganos e no seu afastamento em relação à “maioria nacional”. Assim, a “transformação” é apresentada como uma questão de vontade individual, onde a integração depende essencialmente da disposição dos próprios indivíduos para a “mudança” (Maeso, 2015).

[...] Nós temos elementos da etnia cigana já aqui integrados e já nos aconteceu duas situações, em que, efetivamente, eles é que não se quiserem integrar. Então, não quiseram aceitar as regras. As regras são. A gente tem um trabalho, temos que cumprir regras laborais, não é verdade. Não quiseram cumprir e acharam que é preferível voltar, portanto. [...]

[...] Agora acho que sim, acho que tem que começar por eles próprios também de quererem essa integração e perceberem que efetivamente só vai acontecer quando eles próprios quiserem que aconteça [...] não é mudar nem a lei, nem a cultura, nem a tradição deles, porque é deles e deve ser valorizada, é poder de alguma forma se adaptarem à sociedade em que vivemos sem perder a sua cultura, sem perder as suas raízes, mas podendo melhorar pequenos aspetos que até eles próprios se vão sentir melhor e mais integrados.

[...] Até no Projeto Shave, que acabaram por se despedir, porque efetivamente não querem [...] Porque é assim, a família está sempre em primeiro lugar [...] Mas, portanto, a família, no nosso caso, foram um entrave também. Há uma comemoração de aniversário, há um familiar que fica doente, abandonasse o posto de trabalho para ir em grupo, portanto, fazer a comemoração, para ir para o hospital. Isto é a nossa experiência.

Identificado nas políticas de diversidade e multiculturalismo nos Países Baixos por Essed e Nimako (2006), o modelo de “défice cultural” sugere que a inadequação dos grupos minoritários resulta de uma ausência de características e equipamento cultural apropriado e, o seu efeito, resulta em posicionamentos sociais desfavoráveis destes grupos (Maeso, 2015). Este reconhecimento é baseado em critérios culturais “superenfaturados”, nos quais o grau de inserção na norma social é associado a maiores níveis de desenvolvimento e “evolução”.

[...] Portanto, é muito difícil. Porque ainda por cima aqui, em Beja, são comunidades muito mais fechadas ou é uma comunidade muito mais fechada em relação a algumas zonas do país.

[...] Porque se formos a ver, as comunidades ciganas do norte de Coimbra, de Aveiro, etc., têm já um comportamento mais, de acordo, pronto, de acordo com a sociedade dominante. É, claro, que mantem as suas tradições, a cultura, lá os seus traços, as suas coisas. Mas são mais, até mesmo de termos de instrução, de escolaridade e tudo, são mais desenvolvidos do que os de Beja. Eles próprios diziam isso [...] ainda mantêm muito aqueles traços de ruralidade, que os outros, noutras zonas do país já deixaram para trás. Portanto, aqui o trabalho aqui, ainda deveria ser mais intenso.

A estratégia concebida para corrigir o “défice cultural” baseia-se na aquisição de maiores qualificações educacionais, seja por meio da escola, de formações profissionais ou da adaptação às regras no mercado de trabalho. Neste processo, a escola é vista como um instrumento essencial, frequentemente justificada como promotora de uma “reeducação” (Maeso, 2015) e como principal meio para a (re)inserção nos valores da “sociedade majoritária”. Os técnicos sociais assumem o papel de representantes desta “missão civilizadora” (Maeso, 2015) e, frequentemente, interpretam o fracasso ou sucesso deste processo de “correção” como a principal razão para o acesso (des)igual a recursos básicos, como emprego ou educação (Lentin & Titley, 2008).

[...] Temos de começar por os pequeninos [...] Os adultos vão ficar de fora, vamos trabalhar estas, as mais novas [...] E para já é aquilo que nós conseguimos aqui [...] o nosso contributo para minimizar esta situação.

[...] Por isso, se calhar a mudança só daqui a duas gerações. São os meninos que nós temos nas escolas agora e, que prontos, já são educados, no fundo mais dentro, com menos traços da cultura cigana e, mais da cultura majoritária. E que, eventualmente, mantendo se calhar ainda as suas raízes, mas depois começam a estar mais integrados, digamos assim.

[...] Existem excelentes miúdos jovens, estamos a falar dos jovens, poderiam vir a ser uns excelentes profissionais, até porque neste momento a escolaridade está a aumentar, não é. Pronto, através de, a nível de ensino profissional, formação profissional.

[...] E acho que a escola é fundamental, para mim acho que é o pilar de tudo. E nós costumamos dizer, nós sabemos que não vamos mudar o mundo, se nós mudarmos uma criança, pelo menos uma criança já é bom, claro que queremos mais, não queremos só uma. E o quisermos mudar é isso, é que continuem a ser valorizadas a cultura, tradição do que é deles.

Outro aspeto destacado na pesquisa é a discrepância entre as iniciativas do Estado, permeada pelo campo “discursivo da interculturalidade” (Maeso, 2015) e as aplicações efetivas nas atuações dentro dos terrenos. Embora as incontáveis leis, diretrizes e regulamentos operados no seio das organizações governamentais estas manifestam-se incompatíveis com a realidade dos contextos onde são implementadas. Na prática, a implementação destas políticas tende a ser incompleta ou difícil de concretizar, evidenciando um descompasso significativo entre discurso e ação. Este cenário coloca os técnicos em uma posição de constante negociação e mediação, na tentativa de conciliar as exigências institucionais com as necessidades reais das comunidades.

[...] o objetivo era, era gradualmente permitir que a Câmara, em termos públicos, de concursos públicos se organizasse para integrar este elemento. [...] Não foi possível nunca, formalmente, porque não existia a categoria, esta categoria não existe na função pública. Nos quadros das Câmaras não existe mediador, não existe. Porque o projeto dos mediadores idealizou os ordenados como um de um técnico, que é início de carreira. Então aquilo foi, lá está, mais um problema que não foi pensado e que veio prejudicar [...] E foi um projeto com uma avaliação de todos como excelente. Toda a gente foi unanime em dizer, é isto. [...] Precisamos desta pessoa, que é uma figura aceite, da frente. Mesmo assim, não. A sustentabilidade não se concretizou. São estas coisas...

[...] existem dez milhões do orçamento de estado. Tomem lá e ponham em prática. Está a estratégia, mas depois não está ... [...] A orçamentação e a parte financeira e a concretização. Claro que depois fica tudo no papel [...] Porque, depois a estratégia tinha metas até 2020, crianças tiradas da situação de absentismo. Pronto, por exemplo. Mas, depois, não dizia como. Ou seja, cada município tinha de encontrar a sua forma. Claro, depois, as metas não eram cumpridas. Depois, quando chegamos à Europa levamos, lá está, sempre admoestações, recomendações.

[...] Depois faz-se monitorizações. [...] Termina aquele período e há um documento que vem de monitorização para cada local: diga o que é que concretizou, mais nada. Depois se não foi cumprido, aqui não acontece nada, poderá o país eventualmente pagar uma multa. Mas é isto. Mas isto quem diz em relação às políticas das minorias, diz para tudo o resto.

As políticas e as funcionalidades que são estabelecidas, no entanto, revelam que o propósito destas instituições só pode ser alcançado por meio de uma atuação que insere o Estado em uma rede de colaboração (Lopes et al, 2017).

[...] Por vezes também intervimos no sentido em que articulamos com a equipa da CPCJ [...] nossa proximidade é maior com a população do bairro, por vezes também se faz as visitas domiciliárias, para tentar perceber o que é que se passa, porque é que determinada criança não vai à escola. Ah equipa do Shave continua aqui a ser um elemento de interligação.

[...] Nós trabalhamos muito em rede. Nós estamos em contacto direto com o agrupamento de escolas, com as Cáritas, com a CPCJ e quando existe alguma situação que nós percebemos que está um bocadinho fora daquilo que devia ser. [...] podemos ser nós a falar com a escola e a tentar perceber o que é que se passa, mas muitas vezes também é a escola que nos pede ajuda. Ligam e dizem, “olha passa-se isto assim assim, será que conseguem falar com o pai, com a mãe, tentar perceber o que é que se passa.

Quando a rede colaborativa falha, as fragilidades das instituições e as dificuldades de atuação nos terrenos ganham uma dimensão significativa. A ausência de uma articulação eficaz em aspetos básicos das condições materiais resulta em falhas operacionais, neste caso, relegando estas componentes a um nível de incompetência local ou, até, a um evidente desprezo. Diante disto, a resolução dos problemas acaba dependendo da improvisação dos próprios agentes estatais, que precisam encontrar soluções diante das limitações.

[...] Inicialmente, tínhamos um contentor que era disponibilizado para a equipa do Programa Escolhas [...] Neste momento, esse contentor está a ser utilizado por, pensamos nós, por uma animadora, alguém que trabalha para a Câmara. [...] Prontos. O espaço está lá, não é permitido é neste momento ser utilizado, como supostamente deveria ser utilizado.

[...] Não tem sido fácil cimentar-se porque não havendo um espaço é difícil realizar as atividades que nos propusemos, mas temos conseguido envolver a comunidade [...] Nós temos mesas, temos cadeiras, levamos, colocamos, numa das ruas não é. Ou, às vezes, no centro do bairro, conforme as condições meteorológicas [...] Quando não é possível fazê-lo por esse motivo, trazemos essas crianças para o Bairro da Esperança, para o centro comunitário. Não é o ideal, é uma alternativa.

[...] Agora, claro, que é difícil não tendo espaço [...] Agora existe sim, essa dificuldade. Se houvesse um espaço físico eles sabiam que ali àquela hora, por exemplo das duas às seis da tarde, que nós estávamos lá. E aí podiam entrar uns e sair outros.

Ao longo das conversas, o racismo e o (anti)racismo apenas foram mencionados quando questionados sobre o mesmo. Esta percepção e compreensão acerca do racismo emergiu a partir de duas perspectivas: uma relacionada com a construção do muro e a outra baseada na noção de “racismo excepcional” (Goldberg, 2006). No entanto, nenhuma destas abordagens traduz um questionamento mais profundo sobre as relações de poder das estruturas políticas e a sua reprodução institucional (Araújo e Maeso, 2017). Embora se reconheça a discriminação e o racismo do bairro, vivido tanto pela população quanto por aqueles que trabalham diretamente com ela, no entanto, neste pressuposto o antirracismo não é colocado como fenómeno político abrangente para mudar relações de poder, sendo interpretado e colocado num campo do preconceito subtil e indiferença social (Maeso, 2015).

[...] Muita. Para além de todos os problemas que têm não é, a forma que é visto lá fora. Aliás por quem o conhece, porque acredito que existam pessoas aqui dentro desta cidade que não conhecem o Bairro das Pedreiras e nem saibam que ele existe. Ou se calhar sabendo que existe, não sabem onde é que é. Porquê? [...] para já é um bairro da periferia da cidade, onde 99% das pessoas são de etnia cigana, só existe uma família que não é cigana [...] não se passa por ali para nada [...] Agora sofre de discriminação? Sim muita, não só pelas condições em que vivem, mas por exemplo se formos pensar, o bairro está sujo, era preciso uma limpeza maior até por parte dos serviços municipais.

[...] Ainda se vê muito. Epá, é cigano, não trabalha, vive à custa do RSI. Ahhh cheira mal, veste-se mal, isto e aquilo. São coisas que nós continuamos a ouvir com muita frequência.

[...] Nós própria equipa técnica já temos ouvido “ah não sei quê, andam com os ciganos, ajudam mais os ciganos do que os outros. Nós também somos alvo de discriminação pelo trabalho que nós fazemos, porque há muita gente que não compreende o trabalho que nós fazemos.

Em relação à construção do muro, o racismo é quase apagado ou interpretado como um ato “involuntário”. Parcialmente reconhecido, é frequentemente justificado com base em pressupostos “pessoais”, o que impede os interlocutores de admitirem explicitamente a sua existência ou de reconhecerem que a construção do muro teve esse propósito.

[...] Mas, ou seja, eu enquanto técnica e os colegas nunca encaramos o muro como forma de discriminação ou de ocultação. E, portanto, como isso nunca nos ocorreu, eu ainda hoje considero que o objetivo do muro, não foi esse, foi outro não é. E que teve a sua validade. Porque lá está, verdade seja dita, se calhar as evidências agora mostram que estávamos errados [...] Mas, o que deu origem ao seu surgimento, foi esse, foi esta questão. Portanto toda essa acusação, que veio mais tarde. todos nós que tivemos envolvidos no processo, sentimo-la todos sempre como muito injusta.

[...] E explicamos porque é que o muro foi construído não é. ... foi para evitar que as crianças também atravessassem, fugissem para a estrada não é [...] Nunca foi o objetivo de hostilizar as pessoas, portanto e fazer com que as pessoas ali na estrada não vejam que ali existe um Bairro das Pedreiras [...] Portanto, a partir daí a comunidade deu-lhe o sentido que quis [...] se eu acho que aquilo marginaliza. Não. Acho que por vezes, às vezes, eles também se automarginalizam. E, a forma, como foi entregue aquele bairro com todas as condições, independentemente de a etnia cigana ter uma maneira de estar e viver muito própria [...] Tem haver com relações de vizinhança, que se calhar nós todos nos esquecemos disso. Esqueçamos quando efetivamente se zangam [...] as portas começaram a ser fechadas por um lado, abertas para outro. A questão da família, ter aumentado, das casas não estarem preparadas, mas havia arruamentos, havia todas as condições. Todas as condições [...] O que se calhar também não há ali é um líder, um ou uma.

[...] Se foi bem contruído ou não, acho que existem dois pesos e duas medidas. Se formos pensar pelo lado da segurança se calhar faz sentido, porque existem de facto muitas crianças e se nós formos olhar para o histórico de acidentes ali naquela estrada [...] Por outro lado, tapou-lhes a visibilidade da cidade e tapou a visibilidade da cidade para o bairro [...] por isso é que, mais uma vez, digo se calhar as coisas deviam ter sido pensadas de outra forma, com um maior envolvimento da comunidade, talvez. Não sei se houve, se não houve. Mas se calhar faltou isso. [...] Até porque a nossa cidade, tem outras zonas onde vivem ciganos.

Assim, neste sentido, as medidas (anti)racistas são entendidas e direcionadas para o conhecimento da cultura do “outro”, a partir de uma estratégia de “sensibilização” (Maeso, 2015), alcançada através da promoção da diversidade. Esta abordagem é reforçada nas próprias diretrizes dos órgãos institucionais, como citado no Programa Escolhas, que justifica estas iniciativas como forma de “divulgar o trabalho realizado pelos projetos do programa refletindo uma imagem positiva dos contextos socioeconómicos em que os imigrantes estão integrados” (Araújo & Maeso, 2017, p.43). Assim, eventos culturais promovendo a diversidade no espaço público são interpretados como estratégias centrais no combate ao racismo, ao enfatizar aspetos culturais positivos, promovidos através de festividades e celebrações.

[...] em vez de se fazer lá no bairro, fazia-se aqui na cidade para que as famílias se integrassem. Estou-me a lembrar de umas exposições, por altura do dia do cigano [...] atividades de música, prontas abertas ao público. Promovendo não um gueto não é, mas de alguma forma estimular os contactos.

[...] Mas é engraçado, porque através da música e da dança temos conseguido mostrar o projeto lá fora e isso devemos-lo muito a eles. [...] Porque temos sido convidados para algumas coisas e no fundo a comunidade lá fora, muito deles não conhecem o projeto não é, acabam por conhecer através da música e da dança, que são duas características da etnia cigana [...] Portanto, se for para destacar aqui duas coisas, eu destaco a música e a dança vá e também o desporto como forma de integração, de inclusão, de envolvimento e também de reconhecimento de aquilo que é a cultura deles.

[...] Porque no fundo quem não os conhece e tem uma imagem, quando nós vamos lá para fora ficam com outra imagem não é, e nós também tentamos trabalhar muito isso. [...] Que é o, mostrar aquilo que nós fazemos, aquilo que é o trabalho do projeto, dar a conhecer os participantes do projeto e ao mesmo tempo aproveitar todas as potencialidades que eles têm e desenvolvê-las. Porque muitas vezes os que nós achamos é que eles próprios não acreditam que é possível fazerem coisas diferentes daquelas que fazem ali no bairro.

CONCLUSÃO

A presente dissertação procurou apresentar o Bairro das Pedreiras por meio do trabalho etnográfico realizado junto ao Projeto Shave- E9G. Com base na investigação desenvolvida, buscou-se demonstrar como as políticas de integração, especialmente na vertente educativa, atuam junto à comunidade. Embora se verifique uma atuação mais precisa e direcionada às crianças, é preciso considerar que estas políticas influenciam a comunidade como um todo.

A interação estabelecida com o Projeto Shave e a população revelou-se importante para compreender os limites simbólicos que se estabelecem nas interações diárias entre grupos étnicos e políticas de integração, bem como comunidade e os agentes sociais. Neste sentido, os processos de fronteira mostraram-se centrais para compreender a noção de raça e entender como esta se manifesta de forma invisível, mapeando um espaço de interação em constante negociação – um espaço impulsionado e reforçado pelas políticas públicas.

No primeiro capítulo, procurei responder ao enquadramento político da integração, o que exigiu a decodificação das fronteiras identificadas durante o trabalho de campo. Para isso, situei as fronteiras étnicas e raciais, analisando histórica e politicamente a noção de “raça” e a sua relevância na estruturação das atuais políticas públicas. Destaco como o “europeísmo” (Hesse, 2007) continua a moldar políticas de diversidade e de racismo até à atualidade. Desta forma, é possível entender como a identidade cigana é conceptualizada e organizada no âmbito da integração, influenciando o panorama social e político do racismo contra os ciganos e perpetuando a sua posição como o “outro” da sociedade europeia.

No segundo capítulo, procurei contextualizar o principal agendamento político da integração dirigida à população cigana a partir do período democrático português. Torna-se, assim, possível entender os principais critérios e diretrizes que estruturam as políticas de integração, centradas predominantemente em aspetos cívicos e de empregabilidade, enquanto medidas antirracistas aparecem descritas como promoção da “coesão social” ou “promoção da diversidade”.

No terceiro capítulo, com base na investigação etnográfica, demonstrei como as políticas e os atores agem no terreno. Apresentei os resultados obtidos em trabalho de campo, junto à comunidade do bairro e às instituições sociais que acompanham o Projeto Shave, possibilitando uma análise comparativa entre diferentes campos de ação.

Na primeira parte, abordei as relações diárias dos agentes sociais e a comunidade em contexto do bairro - especialmente com as crianças, mas também com alguns adultos. Evidenciei as dinâmicas diárias dos agentes no terreno, as dificuldades enfrentadas e as estratégias de improvisação utilizadas

para resolvê-las. Enquanto na segunda parte do capítulo analisei como as políticas são aplicadas em contexto institucional e interpretadas pelos agentes sociais.

Em suma, este trabalho contribuiu para compreender como a população cigana é incorporada nas políticas de integração. Para isso, tracei um retrato político do Bairro das Pedreiras, das instituições de inclusão e dos projetos que atuam junto da comunidade.

Considerações Finais

The end of racism in Europe requires not the ever more detailed elaboration of post-racial etiquette—with a list of what is or is not racist, who could or could not be racist—but rather an enunciation of the decolonization of Europe. Decolonization will remain incomplete until the metropole is also decolonized. The decolonization of the metropole opens a path for a world not without cruelty or injustice but a world without racism, and that is not a bad way to start.

(Sayyid, 2017, p.24)

Concluo esta dissertação considerando que o Bairro das Pedreiras constitui um exemplo paradigmático na forma como a população cigana é posicionada ainda como o “outro” dentro da sociedade portuguesa e europeia. Embora seja um caso amplamente exposto em vários meios de comunicação - um caso mediático, inclusive alvo de visitas simbólicas por parte de representantes do governo central – contudo, o bairro não experimenta qualquer transformação concreta que melhore as condições de vida da comunidade. Trata-se, assim, de um espaço permeado por um racismo estrutural disfarçado de “preocupações” políticas que, embora discutidas, raramente se traduzem em ações resolutivas.

Os racismos direcionados à comunidade cigana do bairro assumem diferentes contornos. Enumeremos apenas alguns: a oposição dos vizinhos à construção do bairro; a edificação de um muro e a ineficácia das denúncias; a negligência e abandono por parte da C.M.B.; a insuficiência de infraestruturas básicas; a exclusão persistente da comunidade no acesso ao mercado de trabalho (etc.).

Os programas de integração tornam-se, assim, os meios disponibilizados para contornar os problemas sociais, conceptualizados a partir de critérios meritocráticos liberais e estabelecidos como sendo suficientes para eliminar a pobreza e o racismo estrutural. Embora sejam inegáveis o mérito e o trabalho desenvolvido junto das comunidades, no entanto, tais políticas apresentam-se como o único meio institucional que disputa estabelecer a igualdade social e reverter o racismo. Nesse sentido, a integração revela-se um compromisso frágil e difícil de concretizar, servindo mais como uma resposta simbólica do que uma solução concreta para combater as questões sociais e raciais do contexto europeu.

Esta demanda torna-se particularmente pertinente quando pensamos a inclusão da população cigana, ancorada numa perspectiva eurocêntrica e perpetuada por lógicas coloniais de racialização, que continua a reforçar a legitimação da população cigana como um grupo à margem da sociedade. Tal como identificado pelo “imaginário migrante” (Hesse & Sayyid, 2006) os ciganos são eternamente condenados à condição do “outro” da sociedade, sendo-lhes oferecida – ao mesmo tempo que é negada - a (im)possibilidade de integração, enquanto os responsabiliza por não se adequarem.

Como apontam Lentin e Tilley (2008), sem considerar a estrutura social que sustenta desigualdades sociais, e num contexto globalizado sob a lógica capitalista, noções de “diversidade” e “integração” operam mais como uma “estética social” (p.21). Confundem-se no espectro de questões basilares de uma ação que precisa ser aprofundada e que jamais poderá ser substituída por reais decisões políticas socioeconómicas sérias e eficientes (Muñoz, 2008).

O Bairro das Pedreiras continua a exemplificar estas falhas: o racismo estrutural é evidente, as políticas de inclusão têm pouco impacto real e os atores sociais, assim como todos os outros intervenientes, reproduzem a abordagem normativa.

Termino esta dissertação com a convicção que a população cigana deve ocupar o lugar que legitimamente lhe pertence, incorporando a linha da frente dos espaços políticos. Paralelamente, torna-se essencial a descolonização dos (nossos) corpos e mentes, ainda situados num espectro da “branquitude”, do privilégio e da neutralidade.

Enquanto isto não ocorrer, grupos minoritários continuarão sendo relegados para as margens da história: “reconhecer – como Gassan Hage argumentou - que raça e classe sempre andarão juntas” (2003, como citado em Lentin & Tilley, p. 22).

BIBLIOGRAFIA

- Achieme, E. T. (2022). Racial Borders. *The Georgetown Law Journal*, 110(445), 445-508.
- Alves, A. R. (2013). *Para uma compreensão da segregação residencial: o Plano Especial de Realojamento e o (Anti-)Racismo* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa].
- Alves, A. R. & Ferreira, P. (2018, janeiro 10). Desenterrando a História do Bairro das Pedreiras. *Jornal Mapa*. <https://www.jornalmapa.pt/2018/01/10/desenterrando-historia-do-bairro-das-pedreiras-persegucoes-historicas-apartheids-contemporaneos/>
- Araújo, M. (2016). A very 'prudent integration': white flight, school segregation and the depoliticization of (anti-)racism. *Race Ethnicity and Education*, 19(2), 300–323. <http://dx.doi.org/10.1080/13613324.2014.969225>
- Araújo, M. (2019). À procura do “sujeito racista”: a segregação da população cigana como caso paradigmático. *Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL)*, 16(31), 147-162. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v16i31.14940>
- Araújo, M., Maeso, S. R. (2013). A quadratura do círculo: (Anti)Racismo, imigração e a(s) política(s) da integração em Portugal nos anos 2000. *Oficina do CES*, 407, 1-37.
- Araújo, M., & Maeso, S. R. (2017). The (im)plausibility of racism in Europe: policy frameworks on discrimination and integration. *Partners of Prejudice*, 51(1), 26-50. <http://dx.doi.org/10.1080/0031322X.2016.1270500>
- Bastos, J. G. P. (2013). Reflexões sobre a questão cigana em Portugal. Em M.M. Mendes & O. Magano (Orgs), *Ciganos portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* (pp. 123-131). Editora Mundos Sociais
- Castro, A. (2013). Na Luta pelos bons Lugares. Ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais (ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES (ACM, I.P.)).
- Castro, A. (2020). Ciganos e Habitação: desconstruindo mitos. *Rediteia*, 52, 27-43.
- De Gusmão, N. M. M. (2004, setembro 16-18). Os filhos da África em Portugal: Antropologia, Multiculturalidade e Educação. Em CES (Org). A Questão Social do Novo Milénio [Simpósio]. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra. <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>
- Essed, P. (2002). Cloning cultural homogeneity while talking diversity: Old wine in new bottles in dutch work organizations? *Transforming Anthropology*, 11(1), 2-12. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/cloning-cultural-homogeneity-while-talking/docview/205565607/se-2>
- Essed, P., & Nimako, K. (2006). Designs and (Co)Incidents Cultures of Scholarship and Public Policy on Immigrants/Minorities in the Netherlands. *International Journal of Comparative Sociology*, 47(3–4), 281–312. DOI: 10.1177/0020715206065784
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2023). *Roma in 10 European countries – Main results: Roma survey 2021*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2811/221064>
- Farman, A. (2017). The Political Aesthetics of Border Walls. *Anthropology Now*, 9(3), 3-5. <https://doi.org/10.1080/19428200.2017.1391039>

- Barth, F. (1969). Ethnic groups and boundaries. In F. Barth (Ed.), *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference* (pp. 9–38). Universitetsforlaget.
- Hesse, B. (2004). Im/plausible deniability: racism's conceptual double bind. *Social Identities*, 10(1), 9-29. <https://doi.org/10.1080/1350463042000190976>
- Hesse, B. (2007). Racialized modernity: An analytics of white mythologies. *Ethnic and Racial Studies*, 30(4), 643-663. <https://doi.org/10.1080/01419870701356064>
- Hesse, B., & Sayyid, S. (2006). *Narrating The Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary. A Postcolonial People: South Asians in Britain*. C. Hurst & Publishers
- Gingrich, A. (2004). Concepts of race vanishing, movements of racism rising? Global issues and Austrian ethnography. *Ethnos*, 69(2), 156–176. <https://doi.org/10.1080/0014184042000212849>
- Goldberg, D. T. (1994). *The Philosophical Forum*, 26(1), 1-32.
- Goldberg, D. T. (2000). Heterogeneity and Hybridity: Colonial Legacy, Postcolonial Heresy. Em H. Schwarz, & S. Ray (Eds), *A Companion to Postcolonial Studies* (pp. 72-86). Blackwell Publishing.
- Golberg, D. T. (2005). “Killing Me Softly”: Civility/Race/ Violence. *The Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, 27(4), 337-366. <https://doi.org/10.1080/10714410500338949>
- Goldberg, D. T. (2006). Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, 29(2), 331-364. <https://doi.org/10.1080/01419870500465611>
- Golberg, D. T (2010). Call and response. *Patterns of Prejudice*, 44(1), 89-106. <https://doi.org/10.1080/00313220903507651>
- Hervik, P. (2004). Anthropological perspectives on the new racism in Europe. *Ethnos*, 69(2), 149–155. <https://doi.org/10.1080/0014184042000212830>
- Hervik, P. (2004). The Danish cultural world of unbridgeable differences. *Ethnos*, 69(2), 247–267. <https://doi.org/10.1080/0014184042000212885>
- Liégois, J. P. (1989). *Ciganos e Itinerantes*. Conselho da Europa; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Lentin, A. (2008). Europe and Silence about Race. *European Journal of Social Theory*, 11(4), 487-503. <https://doi.org/10.1177/1368431008097008>
- Lentin, A. (2014). Post-race, post politics: the paradoxical rise of culture after multiculturalism. *Ethnic and Racial Studies*, 37(8), 1268-1285. <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.664278>
- Lentin, A., Titley, G. (2008). *The politics of diversity in Europe*. Council of Europe Publishing.
- Lopes, D. S. (2008). *Deriva cigana: Um estudo etnográfico sobre os ciganos de Lisboa*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, D. S., Frois, C., Mineiro, J., Carvalheira, R., Moreira, R. G., & Bento, S. (2017). *O Estado por dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Maeso, S. R. (2015). ‘Civilising’ the Roma? The depoliticisation of (anti-)racism within the politics of integration. *Identities*, 22(1), 53-70. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2014.931234>
- Magano, O. (2014). *Tracejar Vidas «Normais»*. *Estudo Qualitativo sobre a Integração dos Ciganos em Portugal*. Mundos Sociais.
- Magano, O., & Mendes, M. M. (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15-35.

- Magano, O., & Mendes, M. M. (2021). Ciganos/Roma. Políticas públicas e intervenção social. Em J. Fialho (Eds), *Manual para a Intervenção Social*. Edições Sílabo (pp. 280 – 348). <http://hdl.handle.net/10400.2/12658>
- Marques, J. F. (2013). O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal. Em M. M. Mendes & O. Magano (Orgs.), *Ciganos portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* (pp. 111–121). Editora Mundos Sociais.
- Martins, J. (2023). Ciganos/Roma and the Chega Party: voices against far right populism [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/29556>
- Mendes, M. M. (2013). Discriminação percecionada e sentida pelos ciganos da área metropolitana de Lisboa. Em M. M. Mendes & o. Magano (Orgs), *Ciganos portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* (pp. 133-163). Editora Mundos Sociais.
- Muñoz, J. C. (2008). Notions of participation and culture in political struggles against exclusion and their consequences: the Catalan case. Em A. Lentin, & G. Titley, *The politics of diversity in Europe* (91-102). Council of Europe Publishing.
- Nieuwkerk, K. V. (2004). ‘Veils and wooden clogs don’t go together’. *Ethnos*, 69(2), 229-246. <https://doi.org/10.1080/0014184042000212876>
- Raposo, O. (2022). Article The Art of Governing Youth: Empowerment, Protagonism, and Citizen Participation. *Social Inclusion*, 10(2), 95-105. <https://doi.org/10.17645/si.v10i2.5080>
- Sayyid, S. (2017). Post-racial paradoxes: rethinking European racism and anti-racism. *Patterns of Prejudice*, 51(1), 9-25. <https://doi.org/10.1080/0031322X.2016.1270827>
- Xarepe, M. (2001). O Alentejo e os ciganos. Em SOS Racismo (Ed.), *Satispen ta li – Saúde e liberdade: Ciganos, números, abordagens e realidades* (pp. 300–306). SOS Racismo.

FONTES ELETRÓNICAS

Portugal tem um dos Piores Bairros da Europa | O Cemitério dos Vivos - disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zCiv7Uon074&t=325s>

Relatório sobre a aplicação das estratégias nacionais de integração dos ciganos: combater atitudes negativas em relação às pessoas de origem cigana na Europa (2020) disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0147_PT.html#_section1

Diário da República (Decreto de Lei n.º176/2012) disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/176-2012-179057> - consultado a 19/03/2024

Relatório de Execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2020 disponível em: <https://cps.ceu.edu/sites/cps.ceu.edu/files/attachment/basicpage/3034/rcm-civil-society-monitoring-report-3-portugal-2019-eprint-pt.pdf>

Diagnostico Social do Concelho de Beja 2024 disponível em: https://cm-beja.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Social/Diagn%C3%B3stico%20Social%20Beja%202024.pdf